

O Comércio para as Mulheres

O impacto provável dos Acordos de Parceria Económica sobre os Direitos da Mulher e a Igualdade dos Géneros no Sector das Flores Frescas da Zâmbia

Bethel Nakaponda
Zâmbia
Julho de 2006

Comissionado por:

One World Action
Bradley's Close
White Lion Street
Londres
N1 9PF
Telefone: +44 (0) 20 7833 4075
Fax: +44 (0) 20 7833 4102
E-mail: owa@oneworldaction.org
Web: www.oneworldaction.org

Os pareceres e opiniões expressos neste relatório são do autor e não representam necessariamente os pareceres e opiniões da One World Action

Esta investigação foi subsidiada pelo Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido – Departamento do Comércio Internacional (UK Department for International Development – International Trade Department, DFID)

Índice

Listas de Abreviaturas e Acrónimos.....	5
1 Sumário	8
2 Introdução	11
2.1 Antecedentes	11
2.1.1 A área problemática.....	11
2.2 Metodologia	12
2.3 Limitações.....	13
3 Os APE propostos pela UE.....	14
3.1 Antecedentes	14
3.2 Os APE propostos.....	14
3.2.1 Objectivos dos APE	15
3.2.2 Diferenças nas abordagens aos APE da UE e dos países ACP.....	16
3.3 O Grupo da Região da África Oriental e Austral (ESA).....	17
3.3.1 Progresso feito até hoje	17
3.3.2 As mulheres não estão a ser ouvidas nas tomadas de decisão	19
3.3.3 Desafios para a ESA.....	19
4 A Estrutura dos Géneros na Economia da Zâmbia	25
4.1 Antecedentes económicos.....	25
1.1 Tamanho da população e a sua distribuição.....	26
4.2 Emprego do sector formal e informal por género.....	27
4.3 Níveis de Desemprego por género	28
4.4 Pobreza e género	28
4.4.1 Acesso à terra, salário e outros bens	28
4.4.2 Agregados Familiares chefiados por mulheres	29
4.4.3 Educação e Formação das mulheres	30
4.4.4 A mulher e a saúde.....	31
4.5 Funções dos géneros	32
4.5.1 Funções dos géneros nos agregados familiares.....	32
4.5.2 A distribuição do tempo e os géneros	33
5 O sector das flores frescas.....	35
5.1 Antecedentes históricos e a evolução do sector	35
5.2 Emprego e condições	35
5.2.1 Emprego	35
5.2.2 Condições de emprego.....	36
5.2.3 Sindicatos	38
5.3 Produção.....	38
5.3.1 Factores de Produção Agrícolas	38
5.3.2 Tecnologia	38

5.3.3	Comercialização	39
5.3.4	Custos das Expedições	40
5.3.5	Preços locais de diesel	41
5.3.6	Requisitos de qualidade	42
5.4	Exportações.....	43
5.4.1	Quantidades exportadas.....	43
5.4.2	Rendimento das Exportações.....	44
5.5	Desafios para a floricultura	45
5.6	Apoio institucional no sector	46
5.6.1	Parceria entre o governo e o sector privado	46
5.6.2	Benefícios do Programa de Desenvolvimento de Exportação	47
5.6.3	Apoio institucional internacional no sector.....	48
5.7	A capacidade do sector das flores frescas	48
6	<i>Enquadramento Político.....</i>	50
6.1	Política Agrícola Nacional, 2004-2015 (NAP)	50
6.1.1	Perspectiva histórica.....	50
6.1.2	Política agrícola actual.....	50
6.2	A Política de Transporte, 2002	51
6.3	Política Nacional dos Géneros de 2000 e o seu Plano Estratégico (2004-2008)	52
6.3.1	Pobreza.....	53
6.3.2	Trabalho, emprego e segurança social	53
6.3.3	Agricultura.....	53
6.3.4	Comércio e indústria	54
6.4	Política de Comércio	55
6.4.1	Antecedentes históricos.....	55
6.4.2	O Acordo Preliminar da Política do Comércio e da Indústria de 2005	56
6.4.3	Políticas com impacto directo nas importações	57
6.4.4	Acordos comerciais bilaterais e regionais existentes	59
6.5	Requisitos principais para a implementação da estratégia comercial da Zâmbia.....	59
7	<i>Impactos dos APE propostos com a UE.....</i>	62
7.1	Impacto dos APE no sector das flores frescas	62
7.1.1	Impacto das tarifas aduaneiras de exportação e importação.....	62
7.1.2	Impacto da taxa de câmbio.....	62
7.1.3	Impacto da perda de emprego.....	66
7.2	Impacto em toda a economia	67
7.2.1	Perda de rendimento de tarifas aduaneiras	67
7.2.2	Influência da Política Agrícola Comum (PAC) da UE.....	70
7.2.3	Perda de rendimento fiscal das empresas	72
7.2.4	Impacto na prestação de serviços públicos.....	72
7.3	Dimensão da questão do Género	72
7.3.1	Questões fiscais.....	72
7.3.2	Questões do acesso ao mercado	73
8	<i>Conclusão e Recomendações</i>	75

8.1	Recomendações	75
8.1.1	Ao nível do sector	75
8.1.2	A nível nacional e regional.....	76
8.1.3	Ao nível da UE	76
8.1.4	A nível internacional.....	77
9	Referências	78

Lista de Abreviaturas e Acrónimos

ACP	Países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP)
APE	Acordo de Parceria Económica (Economic Partnership Agreements)
CEDAW	Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (United Nations Convention on the Elimination of all forms of Discrimination Against Women)
CMM	Coeficiente de Mortalidade Materna
COMESA	Mercado Comum da África Oriental e Austral (Common Market for Eastern and Southern Africa)
CSO	Gabinete Central de Estatísticas (Central Statistics Office)
EBA	Iniciativa Tudo Menos Armas (Everything But Arms)
EBZ	Junta de Exportação da Zâmbia (Export Board of Zambia).
EDP I	Programa para o Desenvolvimento da Exportação I (Export Development Programme I)
EDP II	Programa para o Desenvolvimento da Exportação II (Export Development Programme II)
ESA	Grupo de Negociação da África Oriental e Austral (Eastern and Southern Africa negotiating group)
FED	Fundo Europeu para o Desenvolvimento (European Development Fund)
FHHs	Agregados Familiares chefiados por Mulheres (Female headed households)
FTA	Áreas de Comércio Livre (Free Trade Areas)
GRZ	Governo da República da Zâmbia
MCTI	Ministério do Comércio e Indústria (Ministry of Commerce, Trade and Industry, MCTI)
MHHs	Agregados Familiares chefiados por Homens (Male headed households)
MSF	Medidas sanitárias e fitossanitárias
NDTPF	Fórum Nacional de Políticas de Desenvolvimento e de Comércio (National Development and Trade Policy Forum)
NER	Taxa de inscrição nacional (National enrolment rate)
NGOCC	Comité Coordenador para as Organizações Não Governamentais (Non-governmental Organisation Co-ordinating Committee)

NORAD	Agência para o Desenvolvimento Norueguesa (Norwegian Agency for Development)
NUPAW	Sindicato Nacional de Trabalhadores Agrícolas e de Plantação (National Union of Plantations and Agricultural Workers)
NRDC	Colégio de Desenvolvimento dos Recursos Naturais (Natural Resources Development College)
NTE	Exportações Não Tradicionais (Non-traditional exports)
NZTT	Fundo Nacional de Formação ZEGA (National ZEGA Training Trust)
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OWA	One World Action
PAC	Política Agrícola Comum
PIB	Produto Interno Bruto
PMA	Países Menos Avançados
PNB	Produto Nacional Bruto
PQU	Unidade de Plantas e Quarentena (Plant and Quarantine Unit)
PRSP	Documento de Estratégia para a Redução da Pobreza (Poverty Reduction Strategy Paper)
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (Southern African Development Cooperation)
SAP	Programas de Adaptação Estrutural (Structural Adjustment Programmes)
SIA	Avaliação do Impacto a Sustentabilidade (Sustainability Impact Assessments)
SSA	África Subsariana (Sub-Saharan Africa)
TNDP	Plano de Desenvolvimento Nacional de Transição (2002-2005) (Transitional National Development Plan)
TRQ	Coeficiente de Quota de Tarifa (Tariff Rate Quota)
UE	União Europeia
US	Estados Unidos da América (United States, US)
VIA	Projecto “Vozes, Influências, Acesso” da One World Action (Voices, Influence, Access, a One World Action Project)

WILDAF	Mulheres, Lei e Desenvolvimento na África (Women in Law and Development in Africa)
WLSA	Mulheres e a Lei na África Austral, Fundo de Investigação e de Educação (Women and Law in Southern Africa, Research and Education Trust)
ZARD	Associação para a Investigação e o Desenvolvimento da Zâmbia (Zambia Association for Research and Development)
ZDHS	Levantamento Demográfico e de Saúde na Zâmbia (Zambia Demographic and Health Survey)
ZEGA	Associação de Cultivadores Exportadores da Zâmbia (Zambia Export Growers Association)
ZFEA	Associação de empregadores agrícolas (Zambia Farm Employers Association)

1 Sumário

Apesar de a Zâmbia estar bem dotada com os recursos necessários para o desenvolvimento agrícola -um bom clima, muita terra cultivável e recursos de água abundantes – nos últimos anos passou de um país de rendimento médio para um dos países mais pobres da África Subsariana. As razões incluem a devastação lavrada pelo VIH/SIDA, desenvolvimento fraco de infra-estruturas e uma política de adaptação estrutural que alterou rapidamente o país de uma economia fortemente subsidiada para um mercado liberal.

As negociações comerciais actuais entre a União Europeia e o grupo de países da África, das Caraíbas e do Pacífico (países ACP, que incluem a Zâmbia) têm como objectivo liberalizar o comércio entre as duas regiões. Os chamados Acordos de Parceria Económica (APE) focam no desenvolvimento e na redução da pobreza. Mas sem a devida consideração pelo impacto da liberalização comercial nas mulheres e outros grupos marginalizados, estes podem prejudicar em vez de melhorar a situação para as populações mais pobres da Zâmbia. A One World Action (OWA) quer assegurar que os APE beneficiam, e não prejudiquem os Direitos da Mulher e a Igualdade dos Géneros. Este estudo toma como exemplo o sector das flores frescas e legumes frescos orientado para a exportação para investigar o impacto provável na subsistência das mulheres.

A Zâmbia exporta 98% dos seus legumes e flores frescas. O sector hortícola e florícola é muito importante para a economia da Zâmbia, empregando mais de 12 000 pessoas em 2004, das quais 50% eram mulheres. No entanto a maioria das mulheres são empregadas sazonais ou ocasionais, enquanto que os homens tendem a ter contratos permanentes e a receber salários mais elevados e melhores condições. A cadeia de oferta que regula a produção e venda das flores frescas e legumes frescos é funcional e impressionante. A cadeia estende-se dos compradores na Europa até aos produtores na Zâmbia, e é apoiada em momentos críticos por agências internacionais doadoras assim como pelo governo da Zâmbia. Existe, no entanto, ainda muito a fazer para ultrapassar a recente recessão nas receitas provenientes da floricultura e para atingir o potencial máximo do sector.

Um APE não terá um impacto negativo directo no sector das flores frescas em termos de tarifas aduaneiras de importação ou exportação. Como é um País Menos Avançado (PMA), a Zâmbia não precisa entrar num APE para ter acesso ao mercado da UE. Mas as tarifas aduaneiras não são as únicas barreiras à exportação. Se a UE quiser apresentar um APE com interesse para a Zâmbia (tanto numa perspectiva geral como de género) deverá proporcionar apoio adicional (para além do disponível sob o acordo Tudo Menos Armas, EBA) para promover a capacidade de oferta do país. Se não for oferecido este nível de

apoio de forma garantida e calculável num APE, não existe qualquer vantagem para a Zâmbia.

Apesar de não se esperar perdas directas de emprego no sector florícola e hortícola devido ao APE, existem vários desafios, tais como os custos elevados de expedição por via aérea, falta de competências técnicas e de tecnologia actual e custos fixos elevados. Outras questões comerciais podem implicar a redução de emprego, o que afectará a subsistência das mulheres. A apreciação da moeda zambiana (Quacha) já criou perda de emprego.

As melhoras e as necessidades que devem ser consideradas pelo governo e pelos interessados deste sector nas negociações de um APE são:

- O estabelecimento de uma cooperativa ou consórcio de cultivadores, que unifique pequenos produtores para melhorar os termos de venda e receitas nas exportações;
- Resolver o grande problema dos custos elevados da expedição por via aérea ao negociar com as transportadoras como grupo em vez de empresas individuais;
- Expansão de produto para obter economias de escala;
- Assegurar financiamento a longo prazo com taxas competitivas para apoiar todos os níveis de produção (bens de capital, trabalho qualificado e gestores/supervisores competentes); porque as operações neste sector são de grande intensidade de capital, a disponibilidade de financiamento exterior é essencial para fortalecer a capacidade do sector;
- Assistência pública no melhoramento e expansão de redes rodoviárias (para permitir que pequenos cultivadores participem regularmente no sector de produção e comercialização); a capacidade do sector não pode ser aumentada sem existir um crescimento da massa crítica de exportação.
- Assistência pública no sentido de proporcionar um maior oferta de água (para permitir instalações de irrigação maiores);
- Assistência técnica para identificar e obter uma vantagem comparativa das flores (e legumes) da Zâmbia em mercados internacionais; ensaio de sementes para promover a diversificação e melhorar os tipos; metodologias de melhoria de solo; métodos de fertilização; controlo de pragas; classificação dos produtos; manuseamento após colheita; armazenamento frigorífico; formação local e de produção; empacotamento e embalagem especiais.

Relativamente ao impacto geral dos APE nas mulheres, as seguintes medidas políticas irão ajudar as mulheres a beneficiar o mais possível da sua actuação no comércio:

- Considerar as limitações físicas e políticas das mulheres produtoras na sua capacidade de produzir bens comerciais competitivos com um maior valor acrescentado.
- Apoiar empresas e sectores onde as mulheres são dominantes, através de regulamentação própria e investimento nas tecnologias e infra-estruturas adequadas.
- Alterar os modelos de produção para produtos com maior procura e tendências mais favoráveis de preços.
- Promover a produção de bens com valor acrescentado para comercializar competitivamente em mercados locais, regionais e internacionais.
- Proteger os gastos de grande importância para os homens e as mulheres pobres de cortes orçamentais.
- Criar e implementar programas de forma a permitir que as mulheres beneficiem totalmente das oportunidades criadas por novos acordos comerciais.
- Democratizar política de comércio e do investimento e processos deliberativos para assegurar a participação da mulher no governo económico.
- Assegurar a regulamentação social e democrática dos mercados, investimento e operações de investidores estrangeiros, fazendo cumprir as convenções da OIT e os códigos legalmente aplicáveis às entidades empresariais.

2 Introdução

2.1 Antecedentes

A criação de um grupo de países da África subsariana, das Caraíbas e do Pacífico em 1975 iniciou uma nova era nas relações comerciais entre estes países e a União Europeia (UE). Estas relações eram governadas pela Convenção de Lomé, que entrou em vigor em Abril 1976, e que foi revista quatro vezes subsequentemente. Estas convenções acordavam disposições comerciais preferenciais aos estados ACP, proporcionando um acesso mais facilitado aos mercados da UE em comparação com outros países em vias de desenvolvimento.

A Convenção de Lomé foi seguida pelo Acordo de Cotonou assinado em Cotonou, Benin, em Junho de 2000. O Acordo de Cotonou difere bastante das disposições preferenciais das convenções anteriores no sentido em que estas já não beneficiam um só lado – os países ACP terão de oferecer certa reciprocidade na forma de acesso sem tarifas aduaneiras aos seus próprios mercados sob os chamados Acordos de Parceria Económica (APE)¹. Negociações formais para os APE (a nível regional) entre os países ACP e a UE começaram em Setembro 2002 e terminam em 2007.

A One World Action (OWA) quer assegurar que os APE beneficiam, e não prejudicam os Direitos da Mulher e a Igualdade dos Géneros. Este estudo faz parte de um programa de investigação comissionado pela One World Action com o objectivo de demonstrar, com casos de estudos práticos, o impacto provável na subsistência das mulheres.

2.1.1 A área problemática

Os debates sobre o impacto possível dos APE abundam. Os argumentos para os APE propostos são que estes facilitarão a integração económica dos países ACP o que resultará eventualmente na erradicação da pobreza. Os que os propõem, defendem que a reciprocidade no acesso aos mercados fará com que a competição aumente e que exista um crescimento económico e que por essa razão, os APE são acordos centrados no desenvolvimento e designados a estimular tal crescimento.

Por outro lado, os críticos defendem que os APE são apenas acordos de comércio livre criados para assegurar o acesso da UE aos mercados dos países em desenvolvimento. Argumentam ainda que os APE requerem que os países ACP proporcionem um acesso recíproco aos mercados para as importações da UE num prazo demasiado curto para compensar a perda da receita tarifária e suportar as limitações na oferta de mercadorias, e que impedirá os produtores locais a competirem com sucesso com as importações da UE.

¹ Os Países Menos Avançados (PMA) continuaram a beneficiar do acesso *duty free* à União Europeia sob a iniciativa “Tudo Menos Armas” (EBA) a partir de 2009.

Muitas das análises realizadas² apoiam a ideia de que os APE poderão debilitar o progresso na redução da pobreza e desenvolvimento. Tem sido discutido que os APE, na sua forma actual, irão causar novas áreas de comércio injusto entre a UE e os grupos regionais dos países ACP por requererem reciprocidade entre parceiros comerciais desiguais, reduzirem a política de espaço necessária aos países ACP para o desenvolvimento das suas economias e eliminar a pobreza, reduzirem as receitas o que irá afectar o fornecimento de serviços públicos e prejudicarem a integração regional. Existem preocupações em relação à rapidez das negociações que não considera a capacidade dos países ACP, e o facto de a participação nas negociações de entidades não governamentais ser quase impossível.

Tais APE terão um impacto negativo sobre os pobres, especialmente mulheres, que são mais vulneráveis a uma liberalização comercial de crescimento rápido. Portanto, existe a necessidade de avaliar a extensão do impacto. Desde 2002, a One World Action tem trabalhado com parceiros da África Austral em processos relacionados com o Acordo de Cotonou. O projecto VIA (Vozes, Influências, Acesso) actua com redes de organizações não governamentais (ONG), redes de mulheres, sindicatos e autoridades locais em Angola, Moçambique, Namíbia, Zâmbia e Zimbabué para apoiar e fortalecer o seu compromisso directo em Cotonou e outros processos relacionados. Uma das descobertas principais do projecto VIA é a inexistência de uma análise dos géneros nos debates sobre a liberalização do comércio e especialmente agora nos APE, apesar dos compromissos tomados para a igualdade dos géneros no Acordo de Cotonou.

As mulheres serão provavelmente mais afectadas do que os homens porque sofrem mais desvantagens relativamente à pobreza e à sua participação na economia. Por exemplo, em 2003, 67% da população total da Zâmbia, cerca de 11 milhões, era considerada pobre (CSO, 2003). A maioria das mulheres está empregada no sector informal, por isso “não recebem dias de descanso pagos, pensão, gratificações ou segurança social e trabalhavam em estabelecimentos com 5 ou menos empregados” (CSO, 2003)

2.2 Metodologia

Os objectivos desta pesquisa são:

- Fornecer, à sociedade civil e outros defensores de questões relacionadas com a igualdade dos géneros e comércio, e basicamente questões comerciais gerais, análises e informações sólidas nas quais possam basear o seu trabalho de influência.
- Fornecer aos parceiros da One World Action e outros, informações que permitam uma consciencialização entre os seus círculos eleitorais sobre

² Veja por exemplo, a investigação feita por Action Aid (“Trade Traps” – As armadilhas do comércio) 2005; Gabinete de Investigação Europeu (European Research Office), Christian Aid (*The Economics of failure. The real cost of ‘free’ trade for poor countries-* A economia da falência – o custo real do comércio livre para os países pobres) 2005; o trabalho de Aprovev sobre APE no Zimbabué (EPAs: What’s in it for women? – APE: em que é que beneficia as mulheres?).

importância das negociações comerciais do APE e demonstrar as ligações entre a vida económica diária da população e uma maior agenda comercial.

Utilizei uma metodologia mista que incluiu pesquisa de secretária, entrevistas, trabalho de campo e síntese. Entrevistei 31 interessados de uma variedade de instituições e propriedades relevantes (Anexo 1). Treze dos entrevistados eram mulheres actualmente a trabalhar no sector das flores frescas ou que já trabalharam no sector anteriormente.

A escrita da síntese e do relatório levou a que tivesse reunido toda a informação recolhida nas actividades precedentes, respectiva avaliação do seu significado, obtendo assim conclusões e recomendações.

2.3 Limitações

Ao aceitar este trabalho, fui constringida por vários factores, nomeadamente:

- A falta de tempo
 - Limitações a nível das comunicações e orçamentos, especialmente em relação a entrevistar interessados fora da Zâmbia.
 - Dificuldades de acesso a propriedades e a mulheres para entrevistas de grupo. A maioria dos proprietários não quiseram ser entrevistados ou deixar entrevistar os seus trabalhadores, especialmente quando descobriam que a minha visita se prendia com as desigualdades entre géneros. Uma propriedade deu-me acesso limitado ao autorizar que entrevistasse duas mulheres da sua escolha. A razão dada foi que tinham autorizado entrevistas anteriormente que deram origem a relatórios negativos nos jornais europeus por serem vistos fora do contexto geral da Zâmbia. Até os seus clientes a quem forneciam produtos começaram a questionar a forma como os trabalhadores eram tratados.

3 Os APE propostos pela UE

3.1 Antecedentes

No enquadramento da parceria de acordo entre os países ACP e a UE, assinado em Cotonou no 23 de Junho de 2000 (“O Acordo de Cotonou”), os países ACP e a Comunidade Europeia (CE) acordaram celebrar novos acordos comerciais compatíveis com a OMC, retirando as barreiras comerciais progressivamente entre eles e melhorando a cooperação em todas as áreas relevantes ao comércio³. A razão para esta decisão foi o reconhecimento mútuo de que as preferências comerciais não recíprocas existentes não promoveram o desenvolvimento ou integração sustentável na economia mundial dos países ACP⁴.

Os objectivos globais do Acordo de Cotonou são:

- O desenvolvimento económico;
- A diminuição e eventual erradicação da pobreza; e
- A integração gradual e facilitada dos países ACP na economia mundial.

O Acordo de Parceria de Cotonou trouxe alterações significantes no quadro das relações entre os países ACP e a UE. Enquanto que existe um consenso geral nos objectivos acima referidos entre as duas partes do Acordo, a UE vê a integração na economia mundial como uma força motriz para a erradicação da pobreza e para o desenvolvimento sustentável. De acordo com isto, uma das características chave do Acordo de Cotonou é a proposta do estabelecimento de acordos de comércio livre na forma de Acordos de Parceria Económica (APE).

3.2 Os APE propostos

Os APE fazem parte integral da abordagem de Cotonou. O Acordo de Cotonou define os APE como instrumentos principais de cooperação comercial e económica, intimamente ligados aos aspectos financeiros políticos e de desenvolvimento do acordo. As negociações devem continuar até ao final de 2007 para permitir aos países ACP a preparação da sua implementação. No entanto, os novos acordos comerciais serão progressivamente implementados durante um prazo muito mais longo. Os actuais acordos comerciais estão cobertos por uma isenção da OMC que termina em 2007. Os países ACP e a UE acordaram que os APE devem ser compatíveis com o regulamento OMC para assegurar a estabilidade e previsibilidade necessária dos novos acordos comerciais.

³ Artigo 36 (1) do Acordo de Cotonou.

⁴ Discutido extensamente na preparação das negociações que deram origem ao Acordo de Cotonou, após a publicação “Green Paper on the EU-ACP relations: a new partnership for the 21st century” (Livro verde sobre as relações entre a União Europeia e os países ACP: uma nova parceria no século XXI) adoptado pela Comissão Europeia no dia 20 de Novembro de 1996.

O Conselho da CE adoptou as directrizes de negociação para os APE no dia 17 de Junho de 2004⁵. As negociações dos APE foram então iniciadas em Bruxelas a 27 de Setembro de 2002. Na sessão de abertura, foi acordado que as negociações iriam decorrer em duas fases. Na primeira fase, a um nível geral de países ACP e CE, foram consideradas questões de interesse para todas as regiões. A segunda fase, ao nível dos países e regiões ACP, estão a ser consideradas questões regionais específicas e os respectivos compromissos.

3.2.1 Objectivos dos APE

Os APE foram criados para:

- Fortalecer a integração comercial entre os países ACP e a UE,
- Promover a liberalização económica das economias dos países ACP,
- Aprofundar os processos de integração regional dos países ACP, e
- Aumentar o acesso de empresas da UE aos mercados dos países ACP através da introdução de reciprocidade comercial.

Os APE seguem os seguintes princípios:

1. Desenvolvimento. O Acordo de Cotonou define os APE como instrumentos principais de cooperação comercial e económica, intimamente ligados aos aspectos financeiros políticos e de desenvolvimento do acordo.
2. Integração regional. A UE encoraja os países ACP a assinar acordos de comércio livre, individualmente mas também colectivamente como grupos regionais, promovendo assim a integração regional. Portanto, os países ACP foram divididos em seis regiões para as negociações dos APE: a Região Central Africana, a Região da África Oriental e Austral (ESA), o Grupo de Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a Região da África Ocidental e a Região do Pacífico.
3. Reciprocidade. A UE concede actualmente um acesso quase gratuito aos produtos ACP aos seus mercados, mas os países ACP não concedem um tratamento preferencial aos produtos da União Europeia. Os APE prevêm que os países ACP oferecerão reciprocidade, isto é, os seus mercados serão abertos aos produtos da União Europeia de acordo com o princípio de tratamento da Nação Mais Favorecida da OMC. A prática da UE está a seguir o estipulado pela OMC. As preferências comerciais não recíprocas concedidas até há pouco tempo pela Europa a vários países do Magreb e outras áreas foram transformadas em Áreas de Comércio Livre (FTA). No entanto, os produtos agrícolas foram excluídos.

⁵ Documento do Conselho nº9930/02 de 12 de Junho de 2002, ACP 89, OMC 62.

4. Compatibilidade da OMC. Os APE serão compatíveis com os requisitos da Organização Mundial do Comércio (OMC) para o comércio global.

5. Tratamento especial para os PMA ao abrigo da EBA. Devido a fragilidade das suas economias, os 39 PMA irão reter o actual nível de acesso à UE ao abrigo da iniciativa “Tudo Menos Armas” (EBA) apesar de assinarem um APE.

3.2.2 Diferenças nas abordagens aos APE da UE e dos países ACP

A abordagem da UE às negociações dos APE é baseada na concepção de que a liberalização do comércio e investimento ao abrigo de um APE é o componente mais importante para o desenvolvimento económico e a erradicação da pobreza nos países ACP. Como se encontra descrito nas directrizes da Comissão da União Europeia⁶ para as negociações comerciais entre os países ACP e UE adoptadas a 12 de Junho, os elementos principais desta estratégia de negociação são:

- Um melhor acesso ao mercado da UE para as exportações dos países ACP;
- A liberalização gradual e gerida das economias dos países ACP;
- O apoio para a integração regional;
- Encorajar um investimento mais benigno;
- O debate sobre fornecimento de serviços; e
- A adopção de uma abordagem abrangente que ligue o comércio e a cooperação para o desenvolvimento.

Ao contrário e de acordo com a carta e o espírito do Acordo de Cotonou, os países ACP dão prioridade às questões de desenvolvimento e erradicação da pobreza. As directrizes de negociação dos países ACP⁷ adoptadas a 19 de Julho de 2002 referem a importância crucial da transformação estrutural das economias dos países ACP e o possível efeito adverso da reciprocidade em tal transformação. As directrizes aludem à grande necessidade das negociações abrangerem:

- Os efeitos externos da Política Agrícola Comum (PAC);
- As limitações de oferta que enfrentam os produtores dos países ACP; e
- As consequências fiscais dos avanços para um mercado livre com a UE.

Existem também as questões críticas de prazos e de ordem que a UE não considerou nas suas propostas de APE e que colidem com as políticas domésticas comerciais e com os processos inter-regionais das negociações comerciais.

⁶ Grupo de países ACP (17 de Junho de 2002), Directrizes para as negociações de Acordos de Parceria Económica com países e regiões ACP.

⁷ As directrizes dos países ACP para as negociações dos Acordos de Parceria Económica entre ACP e UE (Junho 2002).

3.3 O Grupo da Região da África Oriental e Austral (ESA)

A Zâmbia está a negociar os APE integrada no grupo de países da África Oriental e Austral, apesar de também ser um país membro da SADC. Portanto não tem um negociador comercial ligado à SADC. O embaixador em Bruxelas é o negociador comercial ligado à ESA.

As negociações do APE entre a ESA e a UE começaram formalmente a 7 de Fevereiro de 2004⁸ nas Maurícias com a adopção das directrizes oficiais, e foram divididas nas três fases que se seguem:

Fase 1 – Estabelecimento de Prioridades (Março a Agosto de 2004)

Fase 2 – Negociações Substanciais (Setembro de 2004 a Dezembro de 2005)

Fase 3 – Continuação e Finalização (Janeiro de 2006 a Dezembro de 2007)

3.3.1 Progresso feito até hoje

A ESA implementou uma estrutura interna de negociação a dois níveis: Ministerial e de Embaixada/ Oficial Superior. Os seis Embaixadores (baseados em Bruxelas) e os seis Ministros negociam nos seguintes grupos:

Grupos	Porta-voz Ministerial Principal	Porta-voz Ministerial Alternativo
Questões de Desenvolvimento	Sudão	RD Congo
Acesso ao Mercado	Maurícias/ Ruanda	Burundi e Zâmbia
Agricultura	Malawi	Uganda e Etiópia
Pesca	Madagáscar	Seicheles e Djibouti
Fornecimento de Serviços	Zimbabué	Ruanda e Djibouti
Áreas relacionadas com o Comércio	Quénia	Djibouti
Grupos	Porta-voz principal da Embaixada	Porta-voz alternativo da Embaixada
Questões de Desenvolvimento	Etiópia	Zâmbia e Burundi
Acesso ao Mercado	Quénia	Uganda e Zimbabué
Agricultura	Maurícias	Zimbabué e Madagáscar
Pesca	Eritreia	Seicheles e Madagáscar

⁸ Relatório do Comité da CE: “The Trade and Development Aspects of EPA Negotiations” (Os Aspectos Comerciais e de Desenvolvimento nas Negociações dos APE), Outubro de 2005

Fornecimento de Serviços	Malawi	Ruanda e Uganda
Áreas relacionadas com o Comércio	Sudão	RD Congo e Burundi

Fonte: Rede Comercial da Sociedade Civil da Zâmbia (Civil Society Trade Network of Zambia, CSTNZ)

Cada país da ESA, incluindo a Zâmbia, estabeleceu um Fórum Nacional de Política de Desenvolvimento e de Comércio (National Development and Trade Policy Fórum, NDTPF) que é multisectorial (inclui a agricultura, o comércio, o investimento, os serviços, etc.) e representa os sectores públicos e de agentes não governamentais (NSA) envolvidos no comércio e nas actividades para o desenvolvimento. A função dos NDTPF é determinar a melhor posição de negociação para o desenvolvimento e comércio do país e preparar resumos delineando estas posições. Estes serão depois utilizados pelos representantes do país no Fórum de Negociação Regional para preparar a posição da ESA nas negociações com a UE.

As primeiras conversações técnicas e a nível embaixador/ oficial superior ocorreram em Julho e Outubro de 2004. Em Maio de 2005, uma reunião de discussão conjunta a nível superior, em Nairobi, proporcionou a plataforma para um diálogo aberto sobre as questões regionais, acesso ao mercado, áreas relacionadas com o comércio e aspectos de cooperação para o desenvolvimento, assim como o estabelecimento de procedimentos facilitados de adaptação. Desde então, as preparações internas da ESA têm avançado rapidamente. As conversações técnicas conjuntas a nível superior entre a CE e a ESA sobre o acesso ao mercado, agricultura, pesca e desenvolvimento ocorreram em Setembro e em Outubro de 2005. Uma reunião a nível ministerial para cooperar e orientar as negociações irá ter lugar no início de 2006. Em termos de conteúdo, as prioridades das conversações serão:

- Medidas a tomar para a integração da região;
- Agricultura, pesca marítima;
- A melhoria do acesso existente ao mercado da CE, o pedido da ESA a um acesso livre de taxas e quotas ao abrigo de um APE. Isto também inclui discussões sobre regras de origem; medidas sanitárias e fitossanitárias e regulamentos e modelos técnicos;
- Uma abertura gradual dos mercados para a CE incluindo o estabelecimento de uma lista de produtos sensíveis de importações e a introdução de cláusulas de salvaguarda especiais; o que está ligado ao estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum da ESA como base para as discussões;
- Fornecimento de serviços;

- Questões relacionadas com o comércio, tal como o investimento, a competitividade, o aprovisionamento governamental e a facilitação comercial”⁹

3.3.2 As mulheres não estão a ser ouvidas nas tomadas de decisão

Até agora, não se verificou um esforço deliberado para incorporar a questão da igualdade dos géneros nas negociações decorrentes, como o confirmou a Delegação da UE na Zâmbia, o Ministério do Comércio e Indústria e a COMESA (Mercado Comum da África Oriental e Austral). Os princípios dos APE têm sido o centro das atenções em vez da incorporação de questões globais de desenvolvimento como as que se prendem com as desigualdades entre os géneros. Nas entrevistas realizadas foi descoberto que nenhuma das ONG ou instituições que actua no campo dos Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros participou no NDTPF (Fórum Nacional de Política de Desenvolvimento e Comercial) da Zâmbia nas negociações do APE. Portanto as vozes das mulheres pobres não serão ouvidas nos processos de tomada de decisão e nas estruturas de negociação do APE, cujos intervenientes são predominantemente dominados pelos homens e fechados ao debate público.

Isto realça a velha questão da participação limitada das mulheres na criação e acompanhamento da política comercial, e de uma maneira geral na tomada de decisões a nível económico.

3.3.3 Desafios para a ESA

Os países da ESA gostariam que os objectivos gerais dos APE fossem o desenvolvimento sustentável dos países ACP, a sua integração gradual e facilitada na economia global e a erradicação da pobreza. Os objectivos específicos dos APE deveriam ser a promoção do crescimento sustentável; o fortalecimento do desenvolvimento económico dos países que constituem o APE da ESA, fortalecendo o ambiente de política comercial e apoiando os programas de redução da pobreza; aumentar a capacidade de produção e oferta dos países ACP; proteger a transformação estrutural das economias da ESA e a sua diversificação; permitir que sejam mais competitivos num ambiente global e reduzir a vulnerabilidade económica da região; apoiar a integração regional; fortalecer as capacidades de negociação comerciais da região e dos estados-membros para permitir uma participação significativa nas negociações das Áreas Comerciais Regionais (RTA), assim como nos acordos bilaterais e multilaterais de comércio e desenvolvimento; e promover e melhorar a cooperação em áreas relacionadas com o comércio, incluindo regras de origem, barreiras não tarifárias (NTB) e questões sanitárias e fitossanitárias (MSF).

As negociações do APE da ESA e o processo de adaptação, terão de ser divididos por etapas para minimizar os efeitos negativos de adaptação e

⁹ Relatório do Comité da CE: “The Trade and Development Aspects of EPA Negotiations” (Os Aspectos Comerciais e de Desenvolvimento nas Negociações dos APE), Outubro de 2005

maximizar os seus efeitos positivos, ao mesmo tempo que se consideram as várias questões de implementação nacional de cada estado membro.

A abordagem da ESA nas negociações APE é a seguinte:

Os APE como instrumento de desenvolvimento

A ESA quer que os APE contribuam directamente para o desenvolvimento dos seus países-membros. Esperam alcançar isto com o desenvolvimento de capacidades e o aumento dos mercados através da remoção das barreiras comerciais ao nível nacional e regional. Querem melhorar a previsibilidade e transparência do quadro regulador comercial, criando assim as condições para um aumento do investimento e mobilização de iniciativas do sector privado, aumentando assim a capacidade de oferta dos estados ACP. Para conseguir isto, os APE terão que assegurar que o princípio de assimetria (ver abaixo) e sequência estão incluídos num APE da ESA, e que as limitações específicas a nível económico, social, ambiental e estrutural particulares das regiões e países ACP são consideradas, assim como a sua capacidade de adaptar as suas economias ao processo APE. Também será necessário considerar os objectivos específicos da política de desenvolvimento nos países e regiões ACP e que deverão ser economicamente e socialmente sustentáveis.

Integração regional

Os APE devem suportar e não prejudicar as iniciativas de integração regional entre os países ACP. Assim, o APE da ESA deverá assegurar que o processo de integração regional como explicado pela União Africana e descrito no Plano de Acção de Lagos é fortalecido. O APE da ESA terá, portanto, que se basear nos objectivos de integração da região ESA. O APE deverá também contribuir para o reforço da integração regional, sobretudo ajudar na harmonização regional das regras. Nesta perspectiva, o APE da ESA deverá centrar-se inicialmente na consolidação de mercados da ESA, e considerar adequadamente o fortalecimento das ligações entre a ESA e os outros mercados regionais africanos, antes de encorajar a integração comercial com a CE.

Reciprocidade

Relativamente à reciprocidade, o APE da ESA quer desenvolver sob o acervo de Lomé para melhorar o nível actual do acesso preferencial ao mercado da CE, nomeadamente o tratamento especial e diferencial dos PMA e a protecção dos benefícios sob a iniciativa “Tudo Menos Armas” assim como os estados sem litoral ou de ilhas. Os países ACP e a UE reafirmaram a importância dos protocolos de mercadorias e acordaram a sua revisão de acordo com o Artigo 36:4 do Acordo de Cotonou, relativamente à sua compatibilidade com o regulamento OMC, com o objectivo de proteger os benefícios obtidos, considerando o estatuto legal específico do Protocolo do Açúcar.

Compatibilidade com a OMC

As negociações APE serão compatíveis com as regras da OMC ao proporcionar a flexibilidade e protecções necessárias para satisfazer os objectivos de desenvolvimento dos países ESA, incluindo, nomeadamente, o tratamento especial e diferencial. Os países da ESA irão portanto manter, ou melhorar, as flexibilidades existentes do acordo OMC enquanto melhoram e clarificam as Regras da OMC nas Áreas Regionais Comerciais (RTA) para que o quadro legal seja coerente e consistente e não prejudique os objectivos de desenvolvimento dos países ESA. Os países ESA concordam que a questão da compatibilidade com a OMC seja ponderada ao nível global dos países ACP.

Tratamento preferencial especial

A Cooperação económica e comercial deverá considerar as necessidades e os níveis diferenciais de desenvolvimento nos países ESA. O tratamento especial e diferencial deverá ser proporcionado a todos os estados-membros e mantido pelos PMA da ESA, e deverão ser tomadas em devida consideração as vulnerabilidades dos estados pequenos, sem litoral ou de ilhas.

Mecanismo de protecção preventiva

O grupo ESA está a utilizar as disposições de protecção preventiva¹⁰ baseadas no Artigo 8 do Anexo V do Acordo de Cotonou e artigos e protocolos relacionados (Artigos 9, 10, 11 e o Protocolo 2 do Anexo V), que permitem que os países ESA tomem medidas apropriadas contra as exportações da UE quando as importações para a região ESA:

- Causarem ou ameçaarem causar danos graves aos produtores da ESA de produtos iguais ou em competitividade directa.
- Ameçaarem distúrbios graves a qualquer sector da economia; e
- Ameçaarem criar dificuldades que possam criar deterioração grave na situação económica de um país ou região da ESA.

Inexistência de uma tarifa aduaneira externa comum entre os estados-membros da ESA

Actualmente, os estados-membros da ESA não têm uma tarifa externa comum. Durante a definição das Directrizes Comuns da ESA e CE desenvolvidas entre ambas as partes nas Maurícias a 7 de Fevereiro de 2003, a prioridade era construir mercados regionais e depois considerar as questões de liberalização

¹⁰ Estas disposições permitem consultas prévias onde a ameaça de rotura emerge e aprovisiona consultas regulares e vigilância estatística em áreas sensíveis. O objectivo da consulta prévia é limitar, no caso de produtos sensíveis, o risco de recurso súbito ou imprevisto às medidas de segurança. Estas disposições têm como intenção vigiar de perto as tendências nos sectores sensíveis para detectar possíveis problemas e encorajar a limitação nas áreas sensíveis, diminuindo assim a necessidade de utilizar as medidas formais de segurança.

comercial com a UE. A ESA, como parte da COMESA, concordou inicialmente implementar um conjunto de directrizes que iria conduzir à implementação de uma tarifa aduaneira externa comum em 2008. A prioridade para a ESA, em termos do acesso ao mercado, é portanto, construir mercados regionais para que a abordagem, na determinação de um APE com a UE, seja primeiro implementar a Tarifa Aduaneira Externa Comum e só então considerar a abertura dos mercados regionais à UE.

A abordagem das negociações com a UE será, portanto, oferecer à UE uma Tarifa Aduaneira Externa Comum, com isenções em determinados produtos mais sensíveis para o mercado, e só então, quando for o momento adequado, deixar entrar progressivamente alguns desses produtos (back-loading) depois de um período determinado.

O princípio de assimetria deve ser aplicável, significando isto que a região ESA espera que a UE abra completamente os seus mercados às exportações da ESA mas a ESA não irá abrir o seu mercado a 100% das exportações originárias da UE.

As limitações da oferta dos estados-membros da ESA

Cada estado-membro ESA encontra-se num nível de desenvolvimento diferente. Par além disso, nenhum dos estados-membros pode comparar-se ao nível de desenvolvimento da UE. Isto implica que não pode haver um nível equivalente de reciprocidade sem que antes se considere as limitações da oferta dos países da ESA.

Dependência mineral

Alguns países estão dependentes dos minerais por serem a sua fonte principal de PIB. No entanto, estes minerais são vendidos como material bruto à Europa e outros lugares, onde são processados e o produto final é novamente vendido à Africa. A Zâmbia é um desses países, cujo mineral principal é o cobre. Reconhecendo o impacto devastador que as flutuações dos preços do cobre tiveram na economia anteriormente e o facto do cobre ser um bem com uma desvalorização crescente, o estado promove a diversificação apostando noutras actividades económicas, com maior focagem na agricultura e turismo.

Na sua posição de negociadora do APE, a ESA propõe que as fábricas de processamento de minerais sejam transferidas para os países produtores de minerais da ESA de forma a promover o valor acrescentado. Outras propostas incluem o fornecimento de assistência técnica e financeira para:

- Elevar os padrões e níveis de desempenho no sector mineral, incluindo o estabelecimento de um centro regional de formação pós-graduação em administração e legislação sobre minerais, economias minerais e de recursos e gestão empresarial.

- Desenvolver programas de formação em ciências materiais, ciências de polímeros, design e construção mecânica, design de ferramentas, robótica e electrónica industrial;
- Estabelecer programas de formação no fabrico de jóias e nas indústrias de lapidação e criar bolsas de estudo;
- Apoiar as pequenas explorações mineiras de mineiros nativos; e
- Estabelecer centros de demonstração tecnológica.

Dependência Agrícola

O sector agrícola está no centro das economias dos países ESA. Representa uma grande parte do seu PIB, emprega uma grande proporção da força laboral, representa a maior fonte de divisa estrangeira, fornece as exigências alimentares básicos e proporciona subsistência e outros rendimentos à maioria da população da região da ESA. Portanto, o sector agrícola é provavelmente o sector mais importante da região ESA e o que tem maior capacidade de crescimento em termos da exportação.

Dos 2 milhões de agregados familiares na Zâmbia, 74% estiveram envolvidos em actividades agrícolas durante a época agrícola de 2001/2002 (CSO, 2003). Dos 3,5 milhões de empregados (tanto no sector formal como informal), 72% foram empregados agrícolas, o que é quase igual à percentagem de pessoas que vivem em pobreza. Como fonte de divisa estrangeira, a agricultura demonstrou ser o componente mais dinâmico da economia de exportação da Zâmbia na última década e meia, desde que a liberalização económica deu os seus primeiros passos. Nos anos 60 e 70, a agricultura representava menos de 5% da exportação total, enquanto que na primeira metade do século XXI essa percentagem subiu entre 15% e 25%¹¹. As exportações agrícolas como as do algodão, das flores, dos produtos hortícolas e do tabaco faziam parte do núcleo de diversificação bem sucedida da Zâmbia, uma realidade bem diferente da dependência das exportações inconstantes dos minerais. Em termos de valor, estas exportações agrícolas totalizaram \$265 milhões em 2005, e proporcionaram emprego a cerca de 330,000 pequenos agricultores e 140,000 trabalhadores em propriedades comerciais. Portanto, promover a agricultura da Zâmbia nos APE é tão vital como nos outros países da ESA.

O Comércio Agrícola é já uma grande fonte de rendimento de exportação para a região ESA, particularmente para os produtos cobertos pelos Protocolos de Matérias-primas. No entanto, apesar desta situação, a participação dos países da ESA no comércio internacional encontra-se bastante limitada por determinados factores estruturais assim como por condições de acesso

¹¹ Zâmbia (ZNFU) (Março 2006), "Draft Report on the Impact of Kwacha Appreciation and Proposed Tax Provisions of the 2006 Budget Act on Zambian Agriculture" "Relatório Preliminar sobre o Impacto da Apreciação do Quacha e das disposições legais para os Impostos propostos no Decreto Orçamental de 2006 para a Agricultura da Zâmbia).

desfavoráveis aos mercados de maior interesse ao nível da exportação, incluindo a UE.

O comércio da ESA é caracterizado pela grande abertura ao comércio; uma grande dependência de uma pequena variedade de exportações agrícolas primárias; uma vulnerabilidade elevada à instabilidade da procura de matérias-primas e a deterioração dos termos comerciais; um crescimento lento e em declínio das exportações agrícolas (devido ao aparecimento de produtores maiores e mais competitivos e à utilização crescente de substitutos agrícolas); e uma vulnerabilidade extrema aos desastres naturais e alterações climáticas.

É, portanto, claro que um progresso significativo na promoção do crescimento económico, redução da pobreza, redução da migração urbana e melhoria da segurança alimentar não podem ser obtidos na região ESA sem o desenvolvimento total do sector agrícola e um aumento da exportação agrícola (incluindo produtos agrícolas processados).

A ESA criou propostas para o acesso aos mercados; medidas sanitárias e fitossanitárias; barreiras técnicas comerciais em termos de uniformização e certificação; matérias-primas; desenvolvimento; Mecanismo de Salvaguardas Especiais (Special Safeguard Mechanism, SSM) nas importações; princípio de tratamento igualitário; e pesca nas águas interiores¹².

Um contrato que incorpore preferências de acesso ao mercado efectivas e garantidas a longo prazo será crucial para o crescimento e desenvolvimento sustentável da região ESA. Será necessário considerar isto nas negociações do APE.

Concluindo, são muitos os grandes desafios para os governos ACP e com consequências de grande amplitude. O estabelecimento dos APE coloca um desafio crucial aos processos de integração regional nos países ACP. Também requer que os governos ACP pronunciem claramente os seus interesses comerciais e de desenvolvimento a longo prazo. Para além de que é urgente identificar o impacto provável dos APE nas áreas e padrões de produção, criar espaço para as novas políticas e assegurar um prazo suficiente para a transformação económica e medidas de redução da pobreza.

Todos estes desafios têm dimensões relativamente à questão dos géneros definitivas que este relatório procura explorar para poder formular estratégias para incluir nos APE e promover o desenvolvimento de alternativas em função dos géneros.

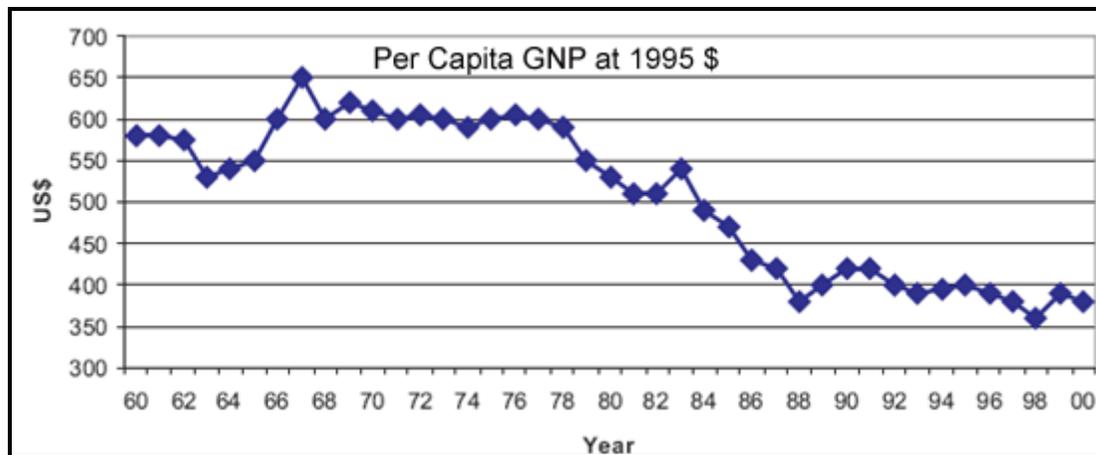
¹² ESA EPA Negotiating Position on Agriculture (Posição de Negociação sobre a Agricultura (relatório preliminar) da ESA nos APE), Julho 2005, 2ª Versão

4 A Estrutura dos Géneros na Economia da Zâmbia

4.1 Antecedentes económicos

Depois da Independência da Zâmbia em 1964 houve um declínio geral do Produto Nacional Bruto (PNB) por habitante durante cerca de 30 anos (Tabela 1). Na altura da independência o país tinha uma economia forte e robusta baseada na extracção mineira, principalmente do cobre. Nos anos 70, os preços do cobre nos mercados internacionais de matérias-primas entraram em declínio rápido e a crise do petróleo de 1973-74 agravou os problemas económicos do país. As políticas desenvolvidas para industrializar a economia através de estratégias de substituição de importação falhou. A escassez de divisas estrangeiras para apoiar as indústrias de importação substitutas foi um grande constrangimento para o sucesso das políticas. Portanto na década de 80, a taxa de crescimento económico do país, de 1,1%, era a mais baixa da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) depois de Moçambique.

Tabela 1: PNB por habitante aos preços constantes do dólar americano em 1995



Quando a economia estagnou, o governo adoptou o Plano de Adaptação estrutural (SAP) em 1991 para transformar a economia. Este teve um sucesso mínimo visto que piorou mais do que melhorou a situação para a maioria da população da Zâmbia (Milimo et al., 2004). As empresas tiveram um mau desempenho por terem uma baixa utilização das suas capacidades. A sua contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) estagnou. O número de empresas públicas dependentes do apoio do governo para sustentar as operações “por habitante” continuou em declínio. Uma decisão política foi então tomada para privatizar certas empresas do sector público para provocar um crescimento económico. O sector agrícola, particularmente a comercialização de importações e exportações nos anos 90. Na década 90, a taxa de crescimento económico da Zâmbia estava abaixo da taxa subsariana de 2,4%. O crescimento do PBI, que era 6,6% em 1996 baixou para 3,3% em 1997 e baixou ainda para 1,9% em 1999.

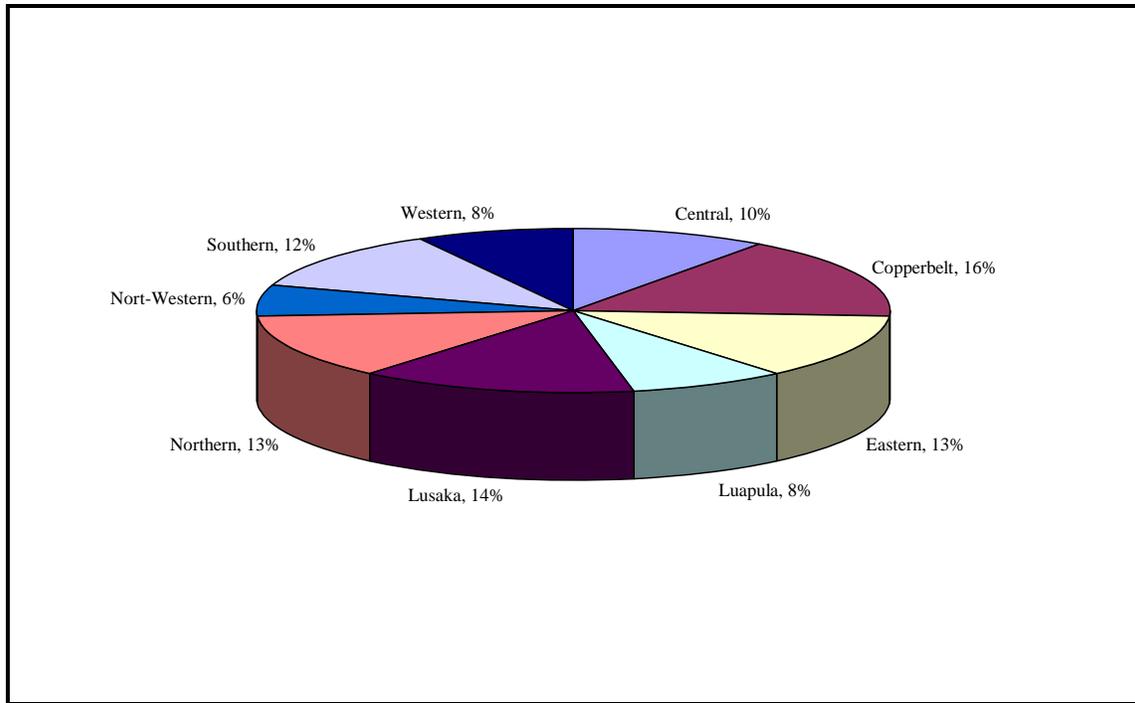
Logo a Zâmbia passou de um país de rendimento médio da África Subsariana (com um PIB de \$1,200 por habitante em 1964) para um dos países mais pobres; e em termos de índice de desenvolvimento humano encontrava-se na 165ª posição das 174 nações em 2004 em relação a posição que ocupava no índice como 153º país de 2000 (Milimo et al., 2004).

Em 2004, a Zâmbia atingiu o seu quinto ano consecutivo de crescimento sólido, com um crescimento de PIB cerca dos 4,2% entre 2000 e 2003 e aumentando para 5,1% em 2004, claramente acima do objectivo de 3,5 % para esse ano (AfDB/OECD, 2005). Esta proeza foi conseguida devido aos bons preços do cobre no mercado mundial, um desempenho agrícola bastante boa graças ao clima favorável e um sector turístico dinâmico. No entanto, a economia ainda não diversificou e logo continua altamente vulnerável ao clima e aos termos comerciais.

3.1 Tamanho da população e a sua distribuição

Em 2003, a população da Zâmbia foi estimada em quase 11 milhões (CSO, 2003). Da população total, 65% residia em áreas rurais enquanto que 35% residia em áreas urbanas. Existiam mais mulheres que homens tanto nas zonas rurais como urbanas da Zâmbia. A distribuição da população por província é proporcionada apresentada na seguinte imagem.

Figura 1: Percentagem populacional por província, 2002-2003



Fonte: CSO, 2003

4.2 Emprego do sector formal e informal por género

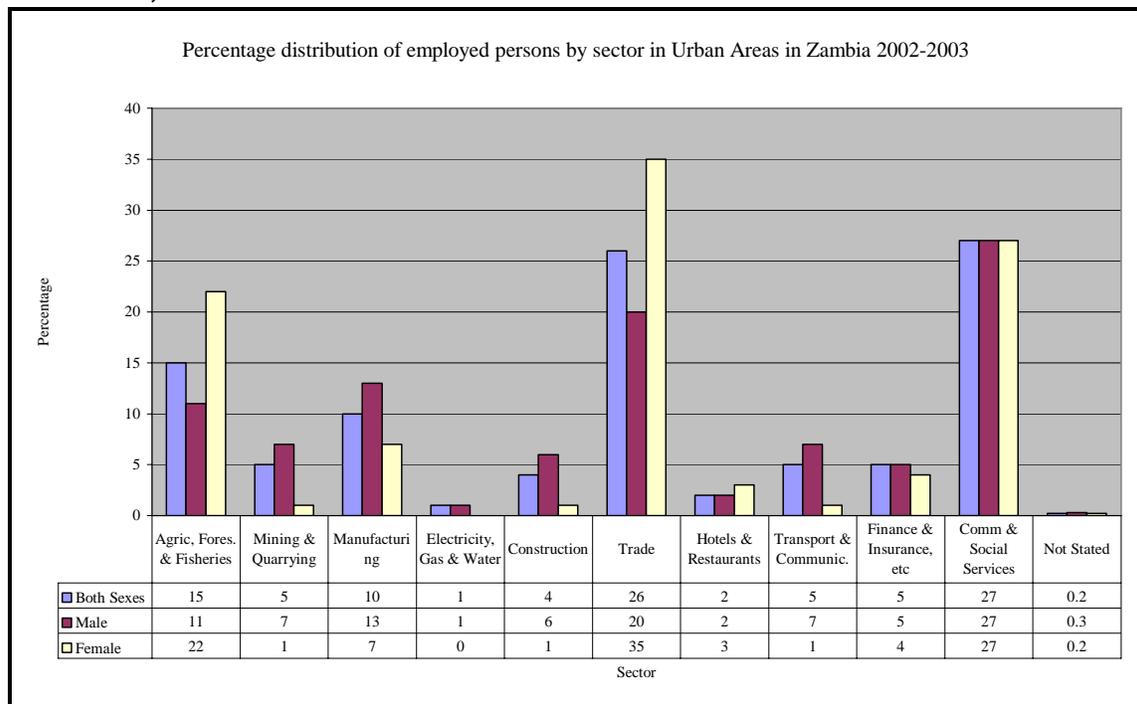
Foram perdidos muitos empregos no sector formal durante a reforma de adaptação estrutural. Apesar de alguns empregos terem sido criados desde então, ainda não é o suficiente. O emprego do sector formal caiu de 12% para 11% entre 1996 e 1999 (Republica da Zâmbia, 2002) e caiu ainda para 6,9% do total da força laboral em 2003 (CSO, 2003). Este declínio do emprego criou inseguranças de emprego e enfraqueceu a segurança socio-económica de indivíduos e famílias (Milimo, et al., 2004). A situação foi pior para as mulheres. O emprego masculino no sector formal aumentou de 80% em 1996 para 88% em 2000, enquanto que a participação das mulheres diminuiu rapidamente de 20% para 12% no ano 2000 (CSO, 1996; JUDAI, 2002).

Em 2003, dos 3,5 milhões de empregados, 83% trabalhava no sector informal. Dos empregados que trabalhavam no sector formal, apenas 25% eram mulheres, enquanto que 52% dos empregados no sector informal eram mulheres.

A Figura 3 fornece informação sobre a percentagem de distribuição de empregados nas áreas urbanas por sexo e por sector.

Figura 2: Percentagem de distribuição de empregados acima dos 12 anos por sexo e por sector nas áreas urbanas da Zâmbia

Fonte: CSO, 2003



4.3 Níveis de Desemprego por género

Dos 3,5 milhões de pessoas integradas na força laboral e maiores de 12 anos, 11% estavam desempregados em 2003, e 12% dos homens e 10% de mulheres estavam desempregados (CSO, 2003). Muitos dos países em desenvolvimento não têm programas de apoio ao desemprego. Consequente, em vez de enfrentarem o desemprego, muitos fazem qualquer trabalho para sobreviver, mesmo que signifique não utilizar as suas capacidades ou ganhar o suficiente. Taxas baixas de desemprego nos países em desenvolvimento podem também resultar da grande quantidade de trabalhadores na agricultura de subsistência que apesar de não serem pagos são considerados como empregados pelas estatísticas. Em tais circunstâncias, uma parte importante da força laboral dos países em desenvolvimento classificada como empregada trabalha menos horas do que necessita, ganham salários baixos, utilizam menos as suas capacidades e geralmente trabalham de uma forma menos produtiva do que gostariam (ILO, 1999)¹³.

4.4 Pobreza e género

Em 1996, 70% da população da Zâmbia, 90% dos quais eram mulheres, não podiam satisfazer as suas necessidades básicas¹⁴. Os níveis de pobreza têm piorado com a perda de empregos provocada por alterações no governo; devido ao impacto negativo do SAP porque as pessoas não estavam preparadas adequadamente; e a mudança de uma economia muito subsidiada para um mercado liberalizado. O último provocou, entre outras coisas, o descontrolo de preços e a privatização de empresas do estado.

Apesar da pobreza afectar homens e mulheres, as mulheres são mais afectadas porque aumentam as suas dificuldades existentes, gravidez e amamentação, cuidar de toda a família, encontrar formas de subsistência sem educação, formação e recursos financeiros adequados. Alguns destes factores são analisados mais abaixo.

4.4.1 Acesso à terra, salário e outros bens

Na época de 2001/2002, 74% dos agregados familiares estiveram envolvidos na produção agrícola. A terra é fundamental para a participação dos homens e mulheres na agricultura e no desenvolvimento nacional. Na Zâmbia, as mulheres têm uma função importante na produção alimentar representando mais de 60% dos pequenos agricultores e constituem 70% da força laboral na produção e processamento (Zambia Land Alliance e Dan Church Aid, 2005). Apesar da sua contribuição vital para a agricultura e produção alimentar, as mulheres, ao contrário dos homens, são marginalizadas nomeadamente em termos de

¹³ Citado no CSO Living Conditions Monitoring Survey Report (*Relatório do Estudo de Acompanhamento das Condições de Vida*)

¹⁴ De acordo com o "1996 Priority Survey II Statistics on Poverty, Republic of Zambia" (Estudo Prioritário II Estatísticas sobre a Pobreza de 1996, Republica da Zâmbia) apresentado na Política do Género Nacional em Março de 2000.

acesso, deter a propriedade ou controlar a terra. A maioria das políticas, práticas, tradições e leis relativas à terra na Zâmbia não mencionam a posição desvantajosa da mulher ou actuam contra a mulher¹⁵.

No entanto, não é necessário possuir terras para trabalhar no sector hortícola ou na indústria das flores frescas, razão pela qual os sectores têm geralmente mais mulheres que homens.

A pobreza nos agregados familiares também tem sido intimamente associada a salários baixos, falta de bens ou ambos. Tanto o salário como os bens contribuem para a redução da pobreza e o bem-estar da população. O Levantamento Estatístico de Observação das Condições de Vida (Living Conditions Monitoring Survey) conduzido pelo Gabinete Central de Estatísticas (Central Statistics Office) entre 2002 e 2003 (CSO, 2003) revelou que o rendimento mensal dos agregados chefiados por homens (490, 227ZK) era mais elevado do que os chefiados por mulheres (333, 275ZK). Existia também uma relação positiva entre o nível educativo dos chefes de família e o rendimento mensal médio do agregado familiar. Agregados chefiados por alguém com curso superior ou maior tinham um rendimento mensal médio de 2 milhões ZK: muito mais elevado que a média de 268,011 ZK dos agregados chefiados por alguém sem educação académica. Como foi discutido na secção 2.6.6., as mulheres na Zâmbia têm em média níveis de educação mais baixos que os homens, o que implica que os seus agregados tenham rendimento mais baixos.

De acordo com o mesmo levantamento, os agregados familiares na Zâmbia recebem a maior parte do seu rendimento através de vencimentos regulares e salários (42%) seguidos pelo consumo do seu próprio produto (21%) e negócio (18%). Outras fontes de rendimento, incluindo empréstimos, mendigar, vender bens, etc. representam 16% do rendimento.

Segundo o acima mencionado, é evidente que uma das razões porque as mulheres são pobres é a falta de acesso e controlo dos recursos produtivos, o que lhes permitiria aumentar a sua produtividade e competir de forma equilibrada com os homens no comércio.

4.4.2 Agregados Familiares chefiados por mulheres

Em 2003, 23 % dos agregados familiares na Zâmbia eram chefiados por mulheres (CSO, 2003). Os agregados familiares chefiados por mulheres (FHH) são muitas vezes gravemente afectados pela pobreza devido às suas oportunidades económicas menores¹⁶. Estudos demonstraram que agregados familiares chefiados por mulheres sofrem mais falta de alimentos do que os chefiados por homens. Como resultado, crianças atrofiadas e mal nutridas são mais comuns nos agregados chefiados por mulheres (54% em comparação aos

¹⁵ WILDAF, "Elimination of Discrimination against women in Zambia" (Eliminação da Discriminação contra as Mulheres na Zâmbia) [DATE?]

¹⁶ No entanto não significa que os membros dos agregados em FHH são inevitavelmente mais malnutridos e em pior situação dos que nos MHH porque também existe evidência contrária (Cornwall, 2004)

29% dos chefiados por homens) (CSO: 2000, citado em ZARD & NGOCC, 2004).

4.4.3 Educação e Formação das mulheres

Os níveis de educação influenciam o acesso do indivíduo ao emprego e aos vencimentos, saúde e nutrição assim como uma vulnerabilidade maior à pobreza. Quanto mais baixo é o nível de educação, mais vulnerável é à pobreza.

Entre 1999 e 2002, as inscrições nas escolas decresceram e os níveis de alfabetização masculina e feminina baixaram rapidamente. O Coeficiente de Inscrição Nacional (National Enrolment Ratio, NER) baixou cerca de 4% entre 1990 e 2003, enquanto que a discrepância entre os géneros nas inscrições continuou a ser de 2% entre 2000 e 2003 (GRZ e ONU, 2003:6, citado em ZARD & NGOCC, 2004).

Os factores causadores das desigualdades na educação entre as mulheres e os homens (Tabela 2) incluem variantes gerais assim com específicas aos géneros. Factores genéricos incluem pobreza, vagas escolares insuficientes e subsídios governamentais inadequados. Os factores específicos aos géneros incluem: a divisão laboral cultural ao nível do agregado, que resulta numa sobrecarga para as raparigas; gravidez; a preferência dos pais em educar rapazes; o estereótipo dos sexos na interacção escolar; e a expectativa negativa dos professores em relação às raparigas.

Tabela 2: Disparidades entre os géneros ao nível educativo

Ano	Percentagem	Género	Característica educativa
1996	29	Feminino	Não tiveram educação
1996	24	Masculino	Não tiveram educação
2003	29.7	Feminino	Não tiveram educação
2003	24.6	Masculino	Não tiveram educação
1996	15.6	Masculino	Completaram no mínimo o Grau 10
1996	8.5	Feminino	Completaram no mínimo o Grau 10
2003	14.7	Masculino	Completaram no mínimo o Grau 10
2003	8.7	Feminino	Completaram no mínimo o Grau 10

Fonte: CSO, 2003.

Portanto, outra razão para as mulheres serem mais pobres, é não terem o nível de educação que lhes permitiria adquirir as habilitações necessárias para aumentarem a sua produtividade e competir com os homens no comércio. Por esta razão, a maioria das mulheres actua na economia informal por implicar recursos e educação mais baixos mas é caracterizada por actividades

económicas de trabalho e cargas horárias mais intensos com salários baixos e empregos precários.

Enquanto que o sector informal é o mais afectado pela reestruturação económica, nomeadamente por ter perdido o maior número de empregos, negligenciado na formação de políticas económicas e não recebe apoio ou regulamentação do estado.

4.4.4 A mulher e a saúde

As maiores preocupações ao nível da saúde das mulheres são a taxa de mortalidade materna (CMM) elevada e a taxa de prevalência do VIH/SIDA, que é mais elevada nas mulheres do que nos homens. O CMM aumentou para 649 por 100,000 bebés nascidos vivos em 1996 para 729 em 2002¹⁷ mesmo com um atendimento elevado de cuidado pré-natal. Estima-se que o CMM urbano seja cerca de 500 por 100,000 nascimentos e cerca de 800 por 100,000 nascimentos em áreas rurais (NGOCC: 2000).

A informação disponível sobre cuidados de saúde, nomeadamente a saúde reprodutiva da mulher revela uma situação muito desconcertante na Zâmbia. A taxa de fertilidade de 5.9 nascimentos por mulher na Zâmbia continua a ser uma das mais elevadas da Africa Subsariana (SSA). Encontra-se em 5º lugar entre os 16 países seleccionados da SSA com taxas totais de fecundidade elevadas (Total Fertility Rates, TFR). A taxa de fecundidade elevada é em parte devida ao facto de 66% das mulheres casadas não utilizarem qualquer método contraceptivo segundo o Levantamento Demográfico e de Saúde na Zâmbia (ZDHS) de 2001-2002¹⁸. Uma das razões principais para a utilização limitada de contraceptivos é o baixo nível de educação entre as mulheres na Zâmbia. As mulheres com uma melhor educação utilizam mais contracepção do que as que têm pouca ou nenhuma educação (Milimo et al., 2004).

O VIH/SIDA é outra preocupação grave de saúde das mulheres. As estatísticas indicam que as mulheres estão mais susceptíveis a epidemia do VIH/SIDA do que homens. O CSO (2003a) indica que 17% das mulheres com idades compreendidas entre os 15 e 49 são VIH positivos em comparação com os 13% dos homens na mesma faixa etária. Isto resulta de vários factores que incluem biologia, pobreza e a posição subordinada da mulher nas relações sexuais especialmente dentro do casamento. Biologicamente, as mulheres são mais susceptíveis à infecção VIH devido às lesões durante o sexo. A pobreza obriga as mulheres a trocar sexo por dinheiro. Uma das consequências da esperança de vida decrescente tem sido o número crescente de crianças órfãs. Em 2003, 20% de todas as crianças com menos de 19 anos eram órfãs (CSO, 2003).

¹⁷ CSO (2003a); Zambia Demographic and Health Survey (ZDHS) (*Estudo Demográfico e da Saúde na Zâmbia*) de 2001-2002

¹⁸ CSO Zambia Demographic and Health Survey (ZDHS) (*Estudo Demográfico e da Saúde na Zâmbia*) de 2001-2002

À medida que o rendimento do governo diminui, surgem geralmente cortes orçamentais no sector da saúde que levam à privatização do fornecimento dos cuidados de saúde, o que ocorreu desde que o Plano de Adaptação estrutural (SAP) começou (Milimo et al., 2004). Os sistemas de cuidados em casa foram introduzidos para permitir dar alta antecipada a doentes em fase terminal dos centros de saúde para serem tratados em casa por mulheres, aumentando a pressão do seu tempo já sobrecarregado. O modelo de cuidados baseado em casa assumiu que o tempo da mulher é elástico e que portanto pode ser esticado. A maioria das mulheres que cuidam de alguém acaba por perder o pouco rendimento que ganha no sector informal, porque o seu trabalho e tempo são necessários para tratar dos doentes, piorando ainda mais os níveis de pobreza das mulheres em relação aos homens.

A negligência da economia dos cuidados de saúde nas políticas de estado resulta: (1) na imposição de um cargo duplo que impede a capacidade produtiva da mulher e a sua participação na economia formal; (2) a falta de medidas de apoio e regulamentos de política; e (3) cortes orçamentais nos sectores sociais que são vitais para as mulheres pobres que também têm que suportar os custos dos serviços sociais que já não são suportados pelo estado.

4.5 Funções dos géneros

Apesar de ambos os homens e as mulheres participarem no trabalho produtivo, reprodutivo e comunitário, existe uma divisão do trabalho entre a mulher e o homem que favorece o homem. Vários estudos mostram que as tarefas domésticas são predominantemente das mulheres e raparigas, especialmente os cuidados de saúde e as responsabilidades reprodutivas (Milimo et al., 2004).

4.5.1 Funções dos géneros nos agregados familiares

Milimo et al. (2004) revela que num sistema socioeconómico de subsistência rural, as tarefas domésticas são divididas da seguinte forma:

Preparação do Grão (por exemplo milho, sorgo, milhete, amendoim): É uma actividade que demora bastante tempo e é predominantemente feminina. Mesmo quando é introduzida tecnologia para ajudar, por exemplo moinhos de martelos, são normalmente as mulheres e raparigas que percorrem grandes distâncias carregando o grão na cabeça para lá chegar. Os homens tendem a intervir no transporte do grão para os moinhos de martelo apenas quando bicicletas ou carro de bois estão disponíveis.

Transporte: O transporte de colheitas para casa e o armazenamento do grão envolve ambos os sexos. No entanto, descascar para venda é também uma actividade predominante feminina, enquanto que o transporte para o mercado parece ser uma actividade masculina porque a venda de grão é geralmente feita pelos chefes do agregado masculinos.

Recolha de água e lenha: é normalmente feita pelas mulheres e raparigas que carregam na cabeça, por vezes percorrendo grandes distâncias. Mais uma vez

os homens estão apenas envolvidos quando bicicletas ou carros de bois estão disponíveis.

Cozinhar: Cozinhar refeições e partilhar comida entre os membros de família é responsabilidade das mulheres e raparigas. Este processo é governado por normas culturais e tabus no consumo alimentar que favorecem os homens.

Limpeza: É da responsabilidade da mulher.

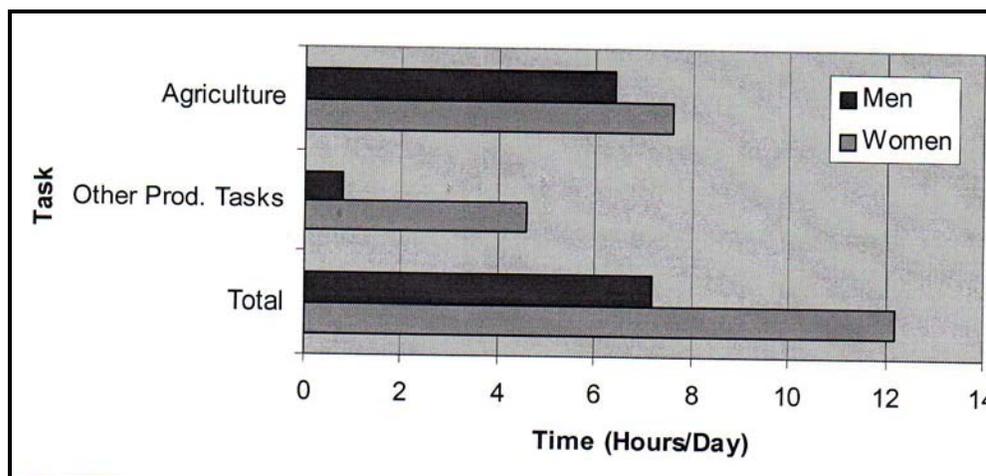
Cuidados: Prestar cuidados inclui cuidar das crianças (cuidar, observação do crescimento de crianças menores de cinco anos em clínicas), educação (educação moral, ensinar técnicas e meios de sobrevivência), cuidar de membros familiares doentes (dentro de casa, tratamento de acamados, preparação de comida e dar de comer), sendo esta também uma actividade predominantemente feminina.

A urbanização não altera radicalmente a divisão de trabalho dominante no agregado. As tarefas domésticas são principalmente feitas pelas mulheres, que também participam em actividades com algum vencimento para sustentar as suas famílias. Em agregados urbanos, os homens estão geralmente envolvidos em tarefas tais como comprar comida nas lojas, comprar roupa para as crianças e requisitos escolares.

4.5.2 A distribuição do tempo e os géneros

As mulheres trabalham geralmente mais horas do que os homens quando se somam as tarefas agrícolas e não agrícolas (Figura 3; Due e Mudenda, 1983). As tarefas agrícolas referidas são relativas à agricultura doméstica, onde indivíduos trabalham os seus próprios pequenos terrenos, assim como a agricultura comercial de exportação onde trabalham em propriedades comerciais.

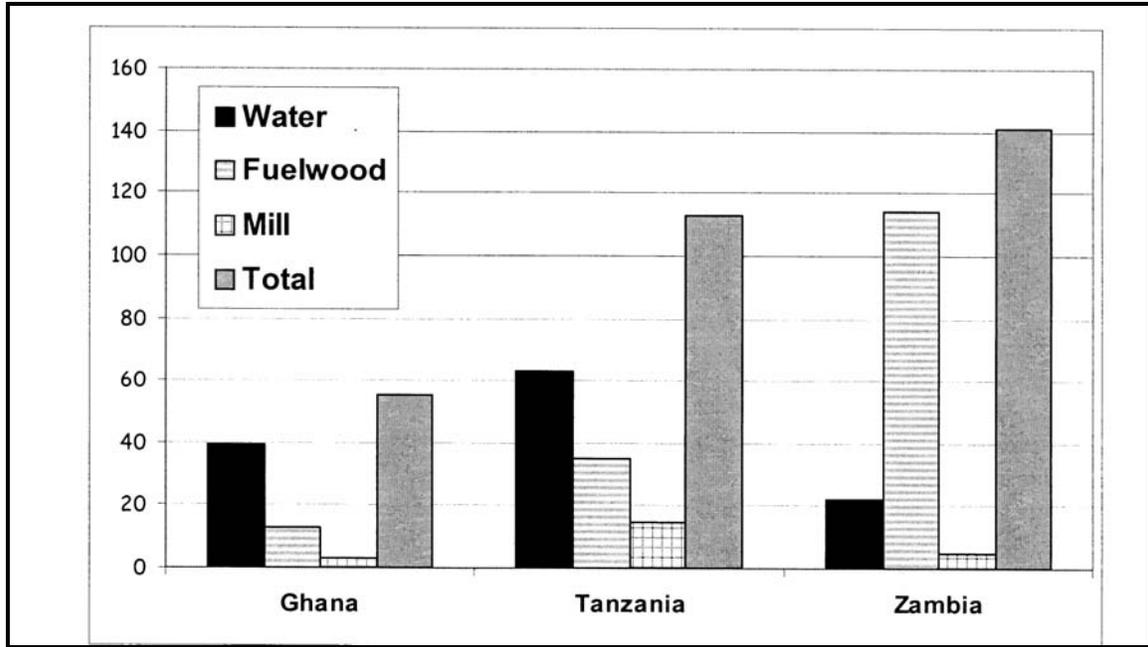
Figura 3: Zâmbia: a distribuição do tempo e os géneros



Fonte: Due e Mudenda, 1983, citado em Milimo et al., 2004.

As mulheres da Zâmbia parecem gastar muito tempo em tarefas domésticas em comparação com outros países (Figura 4).

Figura 4: Comparação da distribuição do tempo em tarefas domésticas na Zâmbia, Gana e Tanzânia



Fonte: Malmberg-Calvo 1994, citado em Milimo et al. 2004, página 35.

O trabalho reprodutivo invisível e gratuito contribui substancialmente para a economia, mas continua a não ser considerado.

5 O sector das flores frescas

5.1 Antecedentes históricos e a evolução do sector

A produção das flores frescas e legumes frescos começou em 1980 por alguns agricultores que produziam para vender no mercado europeu. Eles organizaram-se para instalar infra-estruturas, como o sistema de cadeia de frio, e para criar economias de escala visando a expedição. O sistema de cadeia de frio mantém a qualidade do produto mantendo o frio e controlando a humidade. Estes trabalhadores criaram a Associação de Cultivadores Exportadores da Zâmbia (Zambia Export Growers Association, ZEGA) em 1984 para observar essas questões.

Assim, os subsectores hortícola (frutos e legumes frescos) e de florícola (flores frescas) na Zâmbia são combinados num sector na comunicação de dados. O mesmo acontece com este relatório. No entanto, sempre que estiverem disponíveis serão utilizados dados específicos sobre o subsector das flores frescas.

As propriedades onde se processam as actividades das flores frescas e dos legumes frescos encontram-se num raio de 60 quilómetros do aeroporto internacional da província de Lusaca. Em Maio de 2005, 31 propriedades eram exportadoras directas no sector, das quais 24 (77%) exportavam flores frescas (rosas e girassóis). Uma dessas propriedades exportava rosas e legumes. As restantes sete propriedades exportavam legumes frescos e uma também exportava fruta (bananas).

Das 31 propriedades, seis eram administradas por mulheres (três com os seus esposos) e as restantes propriedades eram administradas por homens. A propriedade das terras era mista: algumas pertenciam a indivíduos, algumas a famílias e outras eram propriedade de empresas. Das duas propriedades que visitámos, uma pertencia à família enquanto que a outra pertencia a várias empresas.

5.2 Emprego e condições

5.2.1 Emprego

O sector hortícola e florícola é muito importante para a economia da Zâmbia, tendo empregado mais de 12 000 pessoas em 2004, das quais 50% eram mulheres (Junta de Exportação da Zâmbia, EBZ, 2004), o que representa cerca de 2% das pessoas em emprego informais em 2003 (CSO, 2003b). Com na dimensão média do agregado familiar de 5,5, na Província de Lusaca em 2003 (CSO, 2003a), aproximadamente 66 000 pessoas estavam dependentes directamente do sector em 2004.

Para além de que algumas propriedades contratam cultivadores de legumes externos, tanto agricultores independentes como cooperativas. Esta é outra

forma de dar capacidade económica aos grupos de salários baixos no país, incluindo mulheres. As empresas apoiam fornecendo as sementes, químicos, adubos, formação e outras formas de apoio técnico e supervisionam rigorosamente o crescimento dos legumes para assegurar que as medidas fitossanitárias da União Europeia são cumpridas.

Enquanto que o subsector das flores frescas pode ter um rácio de 50:50 ou 60:40 de mulheres e homens empregados respectivamente, no sector hortícola o rácio é mais elevado para as mulheres. Uma propriedade que visitámos tinha mais de 3000 empregados, cerca de 80% dos quais eram mulheres.

5.2.2 Condições de emprego

No sector hortícola e florícola a maioria das mulheres são empregadas sazonais ou ocasionais, enquanto que os homens têm geralmente contratos permanentes. A tabela 3 descreve as diferentes etapas do processo produtivo das flores frescas para um produtor de flores, assim como as funções dos homens e das mulheres no processo.

Tabela 3: A função das mulheres e homens na produção das flores frescas

Etapa de Produção	Empregados envolvidos
Construção das estufas	Homens
Preparação da terra (fumigação do solo & canteiros)	Homens
Plantação	Maioritariamente homens mas também mulheres
Retirar ervas daninhas e rebentos	Mulheres
Pulverização	Só homens
Colheita	Homens/Mulheres
Classificação e embalagem	Mulheres

Fonte: Entrevistas com agricultores e mulheres

De acordo com dois administradores e duas empregadas que entrevistámos, as três primeiras actividades são realizadas sobretudo pelos homens. São tarefas que necessitam de habilitações específicas e por essa razão esses empregados são na maioria permanentes. O resto das actividades é sobretudo desenvolvido por mulheres, na maioria de forma sazonal ou ocasional. Os salários dos empregados permanentes são sempre mais elevados do que os empregados sazonais ou ocasionais, o que significa que os homens geralmente ganham mais do que as mulheres.

Foi possível confirmar esta situação numa das propriedades que visitámos. Durante uma discussão de grupo entrevistámos 10 mulheres, sete das quais eram casadas. Das sete que eram casadas, cinco dos maridos eram empregados da mesma propriedade e recebiam 350,000 ZK por mês enquanto

que o salário das dez mulheres variava entre os 100,000 ZK e os 350,000 ZK (o último recebido apenas por uma mulher).

Cada propriedade tem práticas diferentes. Numa das propriedades que visitámos havia cerca de 3000 trabalhadores, dos quais 80% (2400) eram mulheres. Apenas 22% de todos os trabalhadores eram permanentes, o resto eram empregados sazonais ou ocasionais. No entanto a propriedade pagava aos trabalhadores ocasionais e sazonais um vencimento diário de cerca de 6,800 ZK, o que era mais elevado do que o salário mínimo mensal.

Os empregados permanentes recebem boas condições laborais incluindo um salário mensal, contribuições mensais para um regime de pensão regulamentar, dias de descanso pagos, por vezes um plano de saúde com participação nas despesas entre os empregados e a entidade patronal, por vezes subsídio de habitação, um subsídio de transporte, um subsídio de alimentação mensal de 20,000 ZK e gratificações para aqueles com contratos de longo prazo.

Por outro lado, os trabalhadores sazonais ou ocasionais recebem contractos de três a seis meses. De acordo com o Capítulo 276 da Lei do Salário Mínimo e Condições de Emprego na Zâmbia, os trabalhadores ocasionais e sazonais deveriam supostamente receber um salário mínimo mensal de 95,000 ZK (\$30), ter dois dias de descanso se trabalharem seis meses consecutivos, e 20,000 ZK de subsídio de alimentação por mês. A Lei exige que qualquer pessoa que tenha trabalhado seis meses consecutivos seja considerada empregado permanente. Para reduzir os custos, os patrões despedem os trabalhadores ocasionais e sazonais duas semanas antes de concluírem o seu contracto para depois poderem oferecer-lhes um novo contrato. Isto afecta sobretudo as trabalhadoras ocasionais e sazonais e é uma das áreas de desequilíbrio entre os géneros que tem de ser considerada.

Caixa1. Muitas horas de trabalho

Os empregados das propriedades hortícolas e das flores frescas vêm de áreas residenciais nas redondezas. A maioria das propriedades não proporciona transporte para os empregados e como os salários não são suficientes para ir de autocarro, a maioria das pessoas vai a pé para o trabalho. Uma mulher que entrevistámos disse que andava quatro horas por dia de ida e volta para o trabalho. O trabalho começa às sete da manhã, o que significa que ela tem que começar a andar às 5h, e chega a casa à 19h depois de terminar o trabalho às 17h. Muitas mulheres são então forçadas a começar o seu dia entre as 3h e as 4h para fazer as tarefas domésticas antes de ir trabalhar. Depois do trabalho têm que preparar o jantar e lavar a loiça antes de irem para a cama. Portanto, algumas das mulheres no sector das flores frescas trabalham cerca de oito horas nas propriedades e cerca de 9 horas nas tarefas domésticas, o que soma a cerca de 17 horas de trabalho por dia.

Enquanto que os salários são revistos quase todos os anos e aumentados em conformidade com as taxas de inflação na Zâmbia, o resto das condições dos serviços não são revistas.

Isto é um exemplo de como o crescimento da economia formal frequentemente ocorre através de uma produção centrada na exportação que se baseia na

exploração do trabalho barato das mulheres. Isto é considerado de forma implícita, uma “vantagem comparativa” no comércio internacional.

5.2.3 Sindicatos

Quando uma empresa tem 100 empregados ou mais, é imposto por lei que os empregados sejam representados por um sindicato. O sindicato para trabalhadores agrícolas na Zâmbia é o Sindicato Nacional de Trabalhadores Agrícolas e de Plantação (National Union of Plantations and Agricultural Workers, NUPAW). O sindicato trata de questões dos trabalhadores no sector agrícola e tem geralmente representantes em determinadas propriedades, dependendo do número de empregados. O sindicato negocia as condições dos serviços ao nível central.

O Sindicato Nacional de Agricultores da Zâmbia (ZNFU) é o sindicato de fazendeiros da APEX que tem várias associações como membros, tais como a Associação de Empregadores Agrícolas da Zâmbia (Zambia Farm Employer Association, ZFEA) que representam os interesses dos patrões. A ZFEA e a NUPAW reúnem-se todos os três anos para rever as condições dos serviços. As negociações entre as duas partes são arbitradas por uma pessoa independente e imparcial, conhecedora das leis do trabalho, cujos honorários serão pagos por ambas as partes. O último acordo colectivo entre a ZFEA e a NUPAW foi assinado a 21 de Julho de 2004 e será revisto em 2007.

5.3 Produção

5.3.1 Factores de Produção Agrícolas

Os cultivadores das flores frescas importam a maioria dos seus factores de produção agrícola da África do Sul. Estes incluem sementes, adubo, químicos, materiais plásticos para estufas e material para embalagem. Às vezes, os plásticos são importados de países tão longínquos como a Holanda. A ZEGA fornece a crédito os factores de produção agrícola à maioria dos cultivadores de rosas e depois deduz o custo das vendas do produto. Isto é feito de forma segura segundo a Junta de Exportação da Zâmbia (EBZ). No entanto, a constante apreciação do rand sul-africano significa que o importador da Zâmbia tem pago mais por esses factores de produção agrícolas perdendo parte dos seus proveitos.

Os cultivadores de legumes também importam a maioria dos seus factores de produção agrícolas que incluem sementes, adubos, químicos, material para embalar e maquinaria, da África do Sul e do Zimbabué. Mediante acordo prévio, a ZEGA pode arranjar factores de produção agrícola para membros cultivadores.

5.3.2 Tecnologia

Os legumes são cultivados na sua maioria ao ar livre. No entanto, as flores frescas são cultivadas em estufas, o que faz com a produção seja mais

dispendiosa. Ainda por cima, cada vez mais cultivadores de rosas estão a deixar de cultivar as rosas no solo para cultivá-las em composto de cacau. Em vez de plantar as roseiras no chão, elas são postas em sacos de composto de cacau. Essas plantas são molhadas electronicamente quando a humidade desaparece. As vantagens de utilizar o cultivo com composto de cacau incluem¹⁹:

- Reduzir os químicos e adubos;
- Reduzir a quantidade de água (até 30% menos); e
- Melhor qualidade e rendimentos mais elevados (tanto como 15%).

5.3.3 Comercialização

A Zâmbia exporta 98% dos seus legumes e flores frescas. O mercado principal para a maioria das flores frescas da Zâmbia é a Holanda onde se encontra o maior leilão de flores do mundo. Em 2004, mais de 91%²⁰ das flores frescas exportadas da Zâmbia foi para a Holanda. Os honorários e as comissões envolvidos no leilão representam o segundo maior componente dos custos totais (15%)²¹ para as flores frescas da Zâmbia depois dos preços de expedição (ver abaixo). Outros mercados foram a Grã-bretanha, a África do Sul, a Noruega, a Alemanha, a Suécia, a Ucrânia, a Angola e a República Democrática do Congo, o Quênia e o Zimbabué.

Os concorrentes principais da Zâmbia são o Brasil, a Colômbia, o Quênia e o Zimbabué. Estes inundam o mercado da UE com a sua oferta de flores frescas, afectando de forma negativa os preços.

Os mercados principais para os legumes frescos em 2004 foram o Reino Unido, a África do Sul, a Alemanha, a Holanda, a Espanha e a Austrália.

Abordagens de comercialização

Todos os cultivadores de flores frescas comercializam a maioria dos seus produtos através da ZEGA, que aconselha que expedidores devem utilizar e quais os mercados onde devem vender flores frescas. A ZEGA contrata companhias de expedição por via aérea para levar as flores do Aeroporto Internacional de Lusaca para a Europa em nome dos seus membros. As principais companhias aéreas utilizadas pela ZEGA são MK Airlines, DAS, e Carglux. A British Airways Cargo Flight parou as suas operações na Zâmbia em Agosto 2005 devido aos preços elevados de combustível na Zâmbia.

Alguns cultivadores comercializam on-line enquanto outros empregam agentes que ganham uma comissão mínima de 10% dos ganhos totais. Grandes

¹⁹ EBZ Horticulture/Floriculture Sector report (Relatório EBZ do sector Hortícola e Florícola) 2004

²⁰ EBZ Horticulture/Floriculture Sector report (Relatório EBZ do sector Hortícola e Florícola) 2004

²¹ DTIS Zâmbia, Julho de 2005

cultivadores tais como Khal Amazi e Best Value fazem a sua própria comercialização por estarem já estabelecidos na Europa. Outros como o Esquire Roses participam todos os anos na Feira de Floricultura de Amesterdão, que decorre na primeira semana de Novembro, para implementar a sua comercialização.

5.3.4 Custos das Expedições

A expedição por via aérea representa a maior percentagem (35%)²² do custo total para a floricultura. Em média, o transporte de uma caixa de 17 kg de flores frescas (com cerca de 650 pés de flores) para Amesterdão custa cerca de 30 euros. O que significa €0.06 euro por pé, ou \$1.9 dólar americano por quilo. Por outro lado, custa cerca de \$1.1 dólar americano por quilo para transportar rosas do Quênia para a Holanda, porque o voo é três horas mais curto e o combustível de aviação é mais barato no Quênia (Tabela 4):

Tabela 4: Comparação dos preços de combustíveis aéreos

Localização	Preço de combustível de jacto (em dólares americanos por galão)	Diferença com Lusaca
Lusaca	2.32	0.0
Nairobi	1.50	(0.82)
Joanesburgo	1.48	(0.84)
Entebbe	1.73	(0.59)
Londres	1.44	(0.88)
Harare	1.80	(0.52)
Dar-es-salaam	1.99	(0.34)
Arusha	2.17	(0.15)

Fonte: ZEGA. Preços a 16/02/2005

Quase todas as flores frescas cortadas são transportadas para mercados internacionais por via aérea. A capacidade de transporte aéreo não é garantido nem seguro. O volume de carga aérea transportada por via aérea do aeroporto de Lusaca estagnou nas 15 000 toneladas por ano desde 1997. A ZEGA requisita aviões charters de expedição de mercadorias para a Europa e as maiores propriedades reservam espaços nesses aviões. Existe uma preocupação de que os actuais fornecedores de serviços ocasionalmente alteram a capacidade à última da hora para transportarem carregamentos mais lucrativos. A carga aérea exportada no valor de 250 toneladas métricas por semana é cinco vezes o tamanho das importações. Este desequilíbrio resulta na exportação ter que suportar custos maiores para cobrir o espaço inutilizado. Esta

²² DTIS Zâmbia, Julho de 2005

é uma das razões para os custos de carregamento aéreo serem tão caros, para além dos custos elevados de combustível.

Para uma das propriedades (Borassus), a taxa de expedição de legumes representa 43% do valor a bordo que aterra gratuitamente no Reino Unido²³. Para obter os serviços de uma transportadora aérea dedicada com maior frequência e custos de expedição reduzidos requer maior volume de carga do que o sector está a produzir actualmente.

5.3.5 Preços locais de diesel

O custo elevado de produção é também devido aos preços elevados do diesel em termos de dólares americanos (Tabela 5). Como o sector exporta quase todo o seu produto, significa que todo o seu rendimento é em divisa estrangeira. Portanto, os custos elevados de diesel em termos de dólares americanos significam um aumento de custos para o sector.

Tabela 5: Preços de diesel na Zâmbia de Junho de 2005 a Janeiro de 2006

Data	Preço por litro em Quacha (ZK)	Taxa média em dólares americanos (Stanbic Bank)	Custo por litro em dólares americanos
1 de Junho 2005	4,820	4,700	1.03
15 de Junho 2005	4,643	4,650	1.00
30 de Junho 2005	4,735	4,670	1.01
15 de Julho 2005	5,000	4,610	1.08
27 de Julho 2005	4,975	4,625	1.08
13 de Agosto 2005	5,551	4,435	1.25
26 de Agosto 2005	5,493	4,290	1.28
6 de Setembro 2005	5,493	4,512	1.22
26 de Setembro 2005	5,352	4,325	1.24
4 de Outubro 2005	5,352	4,400	1.22
25 de Outubro 2005	5,352	4,235	1.26
1 de Novembro 2005	5,352	4,055	1.32
28 de Novembro 2005	5,352	3,930	1.36
7 de Dezembro 2005	5,352	3,575	1.50
19 de Dezembro 2005	4,748	3,350	1.42
6 de Janeiro 2006	4,748	3,405	1.39
23 de Janeiro 2006	4,748	3,300	1.34

Fonte: ZEGA

²³ DTIS Zâmbia, Julho de 2005

5.3.6 Requisitos de qualidade

Os exportadores de legumes frescos e flores frescas de “alta qualidade” dependem muito de procedimentos dispendiosos para a verificação de qualidade na Europa, com custos de inspeção incluídos. As rosas da Zâmbia estão também sujeitas aos custos de inspeção. Desde o dia 1 de Abril 2005, que a Zâmbia está sujeita a uma inspeção de 100% em conformidade com as normas da UE o que aumentou os custos para cerca de 300%. Previamente, a UE exigia que 80% das flores importadas fossem inspeccionadas nas fronteiras da UE como parte dos esforços feitos para evitar pestes e doenças.

Para diminuir os efeitos de perda/destruição de flores frescas na fronteira da UE, a ZEGA, em colaboração com os oficiais da Unidade de Plantas e Quarentena (PQU) em Mount Makulu, conduziu uma examinação extensiva de cada remessa de flores frescas no Aeroporto Internacional de Lusaca. Devido a esta consistência de resultados, a ZEGA negociou uma redução das taxas de inspeção, que baixaram para os 10% a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Desde Novembro de 2004, que é requerido aos exportadores de produtos orgânicos que forneçam provas dos seus processos de produção principais, critérios de controlo e etiquetagem e a certificação reconhecida pela UE (junto a outros documentos originais tais como facturas, custos de aterragem, lista de pesos, etc.). Estas informações são verificadas pelos funcionários aduaneiros da UE em todos os países-membros da UE.

Normas de qualidade e segurança na Zâmbia

Enquanto que os exportadores de legumes frescos e flores frescas de “alta qualidade” dependem muito dos procedimentos dispendiosos de verificação de qualidade na Europa, a falta de serviços adequados de verificação acreditados é um constrangimento para o aumento e diversificação das exportações agrícolas.

Existem três obstáculos nos serviços de certificação de conformidade e verificação com a capacidade de limitar o desenvolvimento da exportação:

1. A quantidade de serviços de verificação é insuficiente para suportar um grande aumento de volume.
2. A qualidade e a variação dos serviços de verificação são demasiado apertadas.
3. Os preços dos serviços de verificação são relativamente caros segundo os níveis internacionais (embora continuem a representar um custo menor) e, devido à falta de certificação internacional, é necessário que as verificações sejam novamente realizadas no país de exportação.

Estas serão questões importantes à medida que a exportação se vai diversificando. A infra-estrutura de normas na Zâmbia continua a ter uma grande intervenção do estado e controlo do sector público. Enquanto que o Serviço de Normas da Zâmbia (Zambia Bureau of Standards, ZBS) é o órgão governamental principal responsável por estabelecer, rever, verificar e

implementar normas técnicas para todas as indústrias incluindo a agricultura, a Agência de Alimentos e Medicamentos (Food and Drug Agency, FDA) e o Ministério da Agricultura também estabelecem normas, e não são obrigados a notificar o ZBS. A fragmentação ao nível da regulamentação, juntamente com a escassez de limites claramente definidos entre os três órgãos reguladores de normas tem de ser considerada. O ZBS não detém uma base de dados completa com as normas existentes que se encontram espalhadas por vários instrumentos legais.

Existe a necessidade de comercializar laboratórios públicos e começar a estabelecer um mercado comercial adequado para os serviços de verificação e avaliação. O governo deverá:

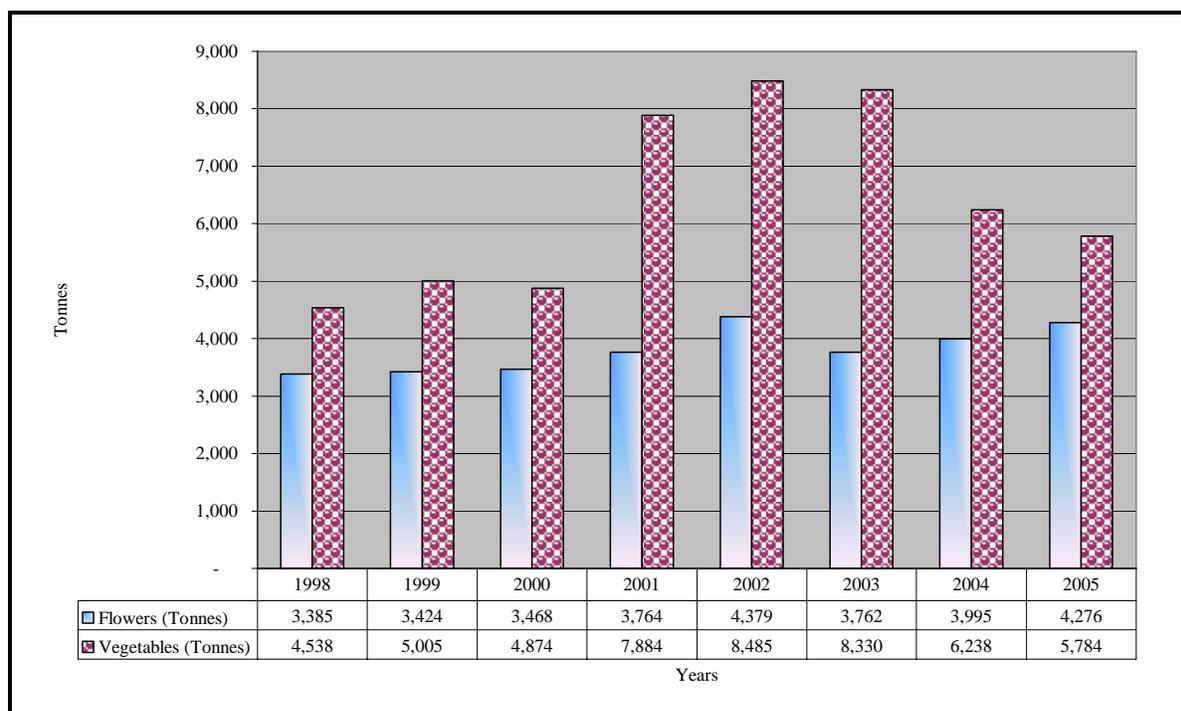
- Separar claramente as funções do sector público e privado no estabelecimento de normas e proporcionar controlo de qualidade, avaliação da conformidade e serviços de certificação;
- Fortalecer as capacidades de estabelecimento e cumprimento das normas para os mercados domésticos que convergem com as normas regionais e internacionais;
- Comercializar os laboratórios públicos para assegurar transparência e relações curtas com o sector público.
- Estabelecer um quadro regulador para os serviços privados de verificação e certificação.

5.4 Exportações

5.4.1 Quantidades exportadas

As quantidades de flores e legumes exportados entre 1998 e 2005 são apresentadas na Figura 4.

Figura 4: Quantidade de flores e legumes exportados de 1998 a 2005



Fonte: Associação de Cultivadores Exportadores da Zâmbia (Zambia Export Growers Association, ZEGA)

Desde 1998 tem havido um pequeno aumento na quantidade de flores exportadas, apesar do facto deste período abranger o acordo preliminar comercial de Cotonou até depois da assinatura do Acordo de Cotonou em 2000. Isto porque a UE, como um dos mercados principais para as flores da Zâmbia, não tem uma vantagem comparativa na produção de flores. Consequentemente, mesmo antes do acordo de Cotonou, não existiam tarifas comerciais impostas nas flores que entravam nesse mercado. Hoje a situação continua a mesma. Logo, os APE não terão consequências directas negativas no sector das flores frescas da Zâmbia.

5.4.2 Rendimento das Exportações

Os rendimentos da exportação do sector representaram cerca de 13% de todas as exportações não tradicionais (NTE) em 2004, com o subsector das flores frescas contribuindo apenas com 5,5% como apresentado na Tabela 6²⁴. A diferença entre a exportação total e o NTE é apenas a exportação de metal.

²⁴ Para além da Horticultura e Floricultura, outros NTE incluem produtos animais, materiais de construção, produtos farmacêuticos e químicos, produtos de engenharia, vestuário, pedras semipreciosas, artesanatos e curiosidades, cabedal e produtos de cabedal, minerais não metálicos, outras fabricações, óleo de petróleos, agricultura primária, alimentos processados e refinados, têxteis, produtos de madeira, escórias de metais, exploração mineira e electricidade

Tabela 6: Valor da exportação florícola e hortícola

Ano	2000	2001	2002	2003	2004
Horticultura (em milhões de dólares americanos \$)	27.4	35.9	44.9	46	35.9
Floricultura (em milhões de dólares americanos \$)	33.9	34.1	30.3	22.4	26.8
Exportação florícola (toneladas) ²⁵	3,468	3,764	4,379	3,762	3,995
Floricultura: Preço por tonelada (em dólares americanos \$)	9,775	9,060	6,919	5,954	6,708
Total de NTE (em milhões de dólares americanos \$)	263.6	311.8	368.3	415.2	484.9
Horticultura como % do total de NTE	10.39%	11.51%	12.19%	11.08%	7.40%
Floricultura como % do total de NTE	12.86%	10.94%	8.23%	5.39%	5.53%
Contribuição total de NTE (%)	23.25%	22.45%	20.42%	16.47%	12.93%
Exportação Total	784.7	901.8	928	1,084.40	1,587.90

Fonte: Relatório do Sector Hortícola e Florícola de 2004 da Junta de Exportação da Zâmbia (EBZ)

A Junta de Exportação da Zâmbia indica um declínio constante com uma média de 23.3% nos rendimentos do sector desde 1999 (EBZ, 2005). O declínio do crescimento na floricultura desde 2003 e o aumento marginal na horticultura no mesmo ano é devido à falência da Agriflora.

O preço por tonelada das flores frescas tem diminuído desde 2000, embora houvesse um aumento ligeiro em 2004. Em 2004, o subsector da floricultura registou rendimentos de exportação de \$26,8 milhões de dólares americanos, indicando um crescimento de 19,6 % em relação a 2003. Este foi devido ao aumento do preço e o aumento ligeiro na produção de flores.

5.5 Desafios para a floricultura

O subsector da floricultura defronta-se com vários desafios para manter a sua competitividade:

- Os preços médios por pé estão a diminuir no Leilão de Aalsmeer na Holanda. O preço médio por pé era 0.16 euros, mas em 2004 baixou para 0.08 euros
- As flutuações de câmbio entre o Euro e o Dólar americano. Factores de produção agrícola comprados em dólares enquanto que o pagamento das flores é feito em euros
- Falta de capital a médio e a longo prazo
- Custo elevado de dinheiro estimado em 60% de taxas de juro por ano²⁶

²⁵ As quantidades são de acordo com informação da ZEGA e não da Junta de Exportação da Zâmbia.

- Irregularidades de gestão, originando rendimentos baixos
- Custos fixos elevados: Mesmo as propriedades mais pequenas precisam de investir numa bomba de irrigação, numa câmara frigorífica, numa zona de embalagem, num camião frigorífico e num administrador
- Mercados domésticos e regionais relativamente pequenos
- Flores frescas menos competitivas, que são vendidas a preços mais baixos do que a média. As razões são: (1) Cultivar as variedades erradas, (2) utilização prolongada das mesmas roseiras e (3) utilização de técnicas de cultivo rudimentares. Por exemplo, uma mulher que entrevistámos ainda estava a colher flores de roseiras plantadas em 1998
- Custos de expedição por via aérea elevados devido à grande distância dos mercados principais
- Dificuldades em obter descontos devido às pequenas quantidades exportadas de cada vez
- Capacidades técnicas e administrativas baixas nesta indústria relativamente jovem
- Proibição de químicos sem substitutos
- Medidas Sanitárias e Fitossanitárias
- Propriedades muito pequenas. A maioria das propriedades tem dois hectares, o que a maioria dos cultivadores não considera viável. Segundo a ZEGA, um projecto viável das flores frescas necessita um mínimo de 5 hectares de flores, e todos os bens fixos mencionados anteriormente.

Alguns zambianos pretos (cerca de 15) que tinham dois hectares plantados com flores frescas já abandonaram o sector.

5.6 Apoio institucional no sector

As actividades florícolas e de legumes frescos são supervisionadas e observadas por uma rede de agências privadas, públicas, nacionais e estrangeiras.

5.6.1 Parceria entre o governo e o sector privado

O apoio em parceria do governo e sector privado é proporcionado por:

- A Associação de Cultivadores Exportadores da Zâmbia (ZEGA), que promove os interesses do sector (ex: atrai investimento estrangeiro) através de publicidade e seminários; pressão no governo; organização de serviços aéreos, assistência técnica e factores de produção; fornecimento de informação sobre financiamento e mercados.

²⁶ Entrevista com ZEGA.

- O Fundo Nacional de Formação ZEGA (National ZEGA Training Trust, NZTT) estabelecido no Colégio de Desenvolvimento de Recursos Naturais da Zâmbia que proporciona uma formação específica para gestores de estufas e zonas de embalagem.
- O Centro de Investimento da Zâmbia (Zambia Investment Centre, ZIC) que promove, facilita e observa investimentos nacionais e estrangeiros para projectos de crescimento económico.
- A Junta de Exportação da Zâmbia (EBZ), uma organização governamental estatutária com o objectivo de promover NTE em mercados estrangeiros, publicar e distribuir folhetos sobre os produtos frescos da Zâmbia até as missões estrangeiras da Zâmbia, proporcionar serviços promocionais em feiras comerciais internacionais (algumas dessas actividades são financiadas pelo Programa para o Desenvolvimento da Exportação da UE (EU Export Development Programme) – ver abaixo).

Certos grupos específicos também activos no sector são a Associação dos Produtores e Transformadores Orgânicos (Organic Producers' and Processors' Association, OPPA), Centro de Assistência Técnica de Agronegócios da Zâmbia (Zambia Agribusiness Technical Assistance Centre, ZATAC) e o Programa Empresarial e de Comercialização para o Pequeno Agricultor (Smallholder Enterprise and Marketing Programme, SHEMA).

5.6.2 Benefícios do Programa de Desenvolvimento de Exportação

Os membros da ZEGA beneficiaram da primeira fase do Programa para o Desenvolvimento da Exportação I (Export Development Programme, EDP I) financiado pela UE. A maior parte da ajuda foi canalizada para os cultivadores de flores, a maioria com plantações de rosas com dois hectares. No entanto, grande parte dos cultivadores de rosas faliu depois de alguns anos em actividade sobretudo por má gestão financeira, economias de escala pobres, má gestão e falta de habilitações técnicas. O projecto que durou desde 1993 até 1999 ajudou 30 ²⁷ pequenos cultivadores de rosas.

A UE desde então reavaliou e melhorou o EDP I. O Programa para o Desenvolvimento da Exportação II (Export Development Programme II, EDP II) beneficia cultivadores hortícolas e florícolas através de:

- Maior acesso a crédito barata para o desenvolvimento de exportações não tradicionais;
- Fortalecer as capacidades de gestão, de organização e técnicas nos sectores relativos à exportação; e
- Consciencializar os mercados principais sobre as exportações não tradicionais (NTE) da Zâmbia.

²⁷ EBZ Horticulture/Floriculture Sector Report (Relatório EBZ do sector Hortícola e Florícola) 2004

5.6.3 Apoio institucional internacional no sector

Organizações públicas e privadas internacionais envolvidas no sector promovem principalmente a implementação de regulamentos sanitários e outras normas. Tais grupos incluem a Organização Mundial do Comércio (OMC), Comité de Ligação Europa – ACP (Europe/Africa-Caribbean-Pacific Liaison Committee, COLEACP), e o Protocolo de Boas Práticas Agrícolas (European Retailers Protocol for Good Agricultural Practice, EUREP-GAP). O último representa os códigos específicos de 17 supermercados europeus. Para além do controlo de saneamento e qualidade, a maioria destes códigos também considera questões tais como a providência dos trabalhadores e o ambiente de trabalho.

Para além disso, o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID) está a trabalhar no seu Programa Produto Pós Colheita no Instituto de Recursos Naturais (NRI) para estudar a questão das inspecções de propriedades na Zâmbia. A EUREP-GAP por exemplo exige inspecções às propriedades certificadas aos seus cultivadores. Os custos de tais inspecções são particularmente excessivos e na maioria dos casos, o cumprimento das normas previstas (ex. ISO 9000) não é possível para pequenos cultivadores com meio ou dois hectares de terra. O trabalho do NRI em África tem como objectivo o desenvolvimento de um sistema de inspecção que seja adequado às necessidades dos pequenos cultivadores e válido para os compradores. Companhias de exportação na Zâmbia estão a trabalhar intimamente com o NRI neste projecto, assim como o governo através dos encarregados de saúde na comunidade.

5.7 A capacidade do sector das flores frescas

O sector das flores frescas tem alguma capacidade de crescimento. A Zâmbia está dotada dos recursos necessários para o desenvolvimento agrícola, um bom clima, muita terra cultivável e recursos de água abundantes:

- 12% do terreno total do país é cultivável mas apenas 14% dessa terra é actualmente utilizada. Calcula-se que haja 1,740, 380 milhões de metros cúbicos de reservas de água subterrânea disponíveis para utilização.
- A terra com capacidade de irrigação representa cerca de 423,000 hectares (Tabela 7), mas actualmente apenas 9% desta (40,000 hectares) é irrigada, a maioria por proprietários comerciais que cultivam açúcar, trigo e colheitas de plantações.

Tabela 7: Capacidade de irrigação por região

Área	Irrigação existente (hectare)	Capacidade adicional (hectare)	Capacidade total possível (hectare)	Percentagem da área relativa à capacidade nacional
Bacia do Zambeze Superior	2,000	110,000	112,000	26
Bacia Kafue	13,000	152,000	165,000	39

Bacia Luangwa	-	14,000	14,000	< 1
Bacia da Luapula e Tanganyika	2,000	62,000	64,000	15
Propriedades comerciais em bacias diferentes	8,000	-	8,000	< 1
Irrigação de água subterrânea	n/a	60,000	60,000	< 1
TOTAL	25,000	298,000	423,000	100

Fonte: Estratégia para o Sector Agrícola do Banco Mundial (World Bank Agricultural Sector Strategy) citada na Republica da Zâmbia (2002)

A Zâmbia tem 50% dos recursos de água doce da SADC e 30% dos recursos de água doce do continente africano. Já que o sector das flores frescas foi identificado como um dos sectores com a maior capacidade de aumento de exportações, deveria ser promovido.

6 Enquadramento Político

Para combater a pobreza e o desemprego, a Zâmbia teve que implementar várias políticas. Estas incluem a Política do Comércio, Plano Estratégico do País, Política Agrícola Nacional, Política de Transportes, Política Preliminar Ambiental e a Política Nacional dos Géneros. Partes destes documentos são realçadas mais abaixo.

6.1 Política Agrícola Nacional, 2004-2015 (NAP)

6.1.1 Perspectiva histórica

Na primeira e segunda república (1964-1990), as políticas agrícolas eram restritivas, corrompidas e contraproducentes devido à intervenção forte do governo. Para além de que as estratégias aplicadas não eram sustentáveis devido à sua grande dependência de subsídios. Consequentemente, essas políticas e estratégias falharam em estimular o crescimento sustentável do sector. Até aos princípios dos anos 90, o sector era pouco desenvolvido e dominado por uma única colheita, o milho. O sector também tinha falta de participação do sector privado nas áreas de comercialização agrícola, fornecimento de factores de produção agrícola e processamento.

Na terceira república, o governo empreendeu reformas políticas no sector agrícola, como parte das reformas económicas gerais sob o Programa de Adaptação Estrutural. O maior impulso das reformas foi a liberalização do sector agrícola e a promoção da participação do sector privado na produção, comercialização, fornecimento de factores de produção agrícola, processamento e provisão de crédito. O sector agrícola implementou um número de programas tais como o Programa de Investimento no Sector Agrícola (Agricultural Sector Investment Programme, ASIP), Programa Estratégico para a Redução da Pobreza (Poverty Reduction Strategy Programme, PRSP) entre 2002 e 2004, e o Plano de Desenvolvimento Nacional Transitório (Transitional National Development Plan, TNDP) entre 2002 e 2005. No entanto o desempenho destes programas não atingiu as expectativas devido a variadas limitações, principalmente os recursos limitados.

6.1.2 Política agrícola actual

A visão do Ministério da Agricultura e Cooperativas é *“promover o desenvolvimento de um sector agrícola eficiente, competitivo e sustentável, que assegure a segurança alimentar e um rendimento crescente”*.

É geralmente aceite que a política de liberalização de preços e comercialização de produtos agrícolas é a melhor maneira de avançar. Mas estas reformas de política não conseguiram proporcionar incentivos suficientes para os agricultores poderem aumentar a sua produção. Nas políticas para o período entre 2004 e 2015, a prioridade continuará a ser:

- “Criar um ambiente que contribua para a consolidação dos mercados agrícolas;
- Fortalecer e liberalizar a política comercial e de preços; e
- Fortalecer o regime de propriedade para torná-lo receptivo à política de liberalização.

Os acordos comerciais da Zâmbia proporcionam oportunidades de exportação amplas para muitos produtos agrícolas e de processamento agrícola nos mercados regionais e internacionais. Logo a procura não é um constrangimento para a expansão rápida da produção agrícola. Os maiores obstáculos prendem-se com a oferta e incluem: (a) falta de acesso a água, fertilizantes, sementes de alto vigor (HYV), serviços complementares e mercados; (b) um regime de propriedade que não permite assegurar direitos de propriedade e investimento a longo prazo para o desenvolvimento da terra; e (c) infra-estruturas inadequadas (estradas rurais, armazéns, infra-estrutura do mercado, serviços de energia e telecomunicações). Para além destas limitações gerais, cada produto agrícola tem as suas próprias limitações que o Ministério da Agricultura e outros interessados deveriam considerar e incluir nas negociações do APE caso pretendam desenvolver a agricultura.

No passado, o Ministério da Agricultura deu prioridade à promoção e ao apoio das colheitas sobretudo alimentares sacrificando outras colheitas com capacidade superior de exportação. Espera-se que o Ministério se encarregue da promoção de todas as formas de agricultura e que elimine as barreiras específicas do sector, nomeadamente o facto de se empregar mais mulheres do que homens, como no sector das flores frescas, devido aos desequilíbrios da pobreza e desemprego acima referidos.

6.2 A Política de Transporte, 2002

O papel do transporte no desenvolvimento nacional é essencial para estimular a produção, o desenvolvimento e o crescimento da economia ligando a produção à procura. Por ser um país sem litoral e rodeado por oito vizinhos, a Zâmbia depende fortemente de estradas e caminhos-de-ferro para transportar factores de produção e produtos para mercados dentro e fora do país. No entanto alguns dos sectores de exportação, como por exemplo o sector das flores frescas, dependem completamente do transporte aéreo para o envio dos seus produtos para o mercado europeu. Em 2002, a Zâmbia criou uma política de transporte que procura clarificar a função do governo e do sector privado no fornecimento de serviços de transporte.

Depois de uma década de liberalização, o sector privado é responsável pelo fornecimento de serviços de transporte rodoviário e aéreo, e o governo regula as condições para que o mesmo funcione e se desenvolva adequadamente. A Política de Transportes também reconhece a necessidade de mais reformas regulamentares para o transporte aéreo, especialmente a liberalização dos

regulamentos para permitir que transportadoras aéreas estrangeiras tenham direitos de aterragem.

Para obter um transporte efectivo e seguro a Zâmbia tem que empreender acordos internacionais de transportes. A Zâmbia é um participante activo nos acordos internacionais de transportes. Os mais importantes são o Protocolo sobre o Transporte, Comunicações e Meteorologia da SADC, e o Capítulo 11 do Tratado de COMESA sobre a cooperação no Desenvolvimento de Transportes e Comunicações. A Zâmbia é também signatária de Acordos de Transporte Rodoviário bilaterais com a África do Sul, Zimbabué, Malawi, Tanzânia e Namíbia, que regulam o processo de acesso aos mercados.

Um factor importante para os sectores de exportação, e ao mesmo tempo, uma das maiores limitações para o sector das flores frescas, é o impacto dos preços elevados de transporte na competitividade. Portanto, o governo e os interessados terão que criar formas de reduzir os custos de transporte locais e internacionais (previamente referidos no Capítulo 4). Estas questões incluem actualizar a infra-estrutura de transportes, fortalecer o diálogo entre público e privado e melhorar a política de transportes.

A reforma da política de transportes deverá considerar o seguinte:

- Transpor os acordos de transporte e comércio internacionais (COMESA/SADC) para a legislação nacional;
- Assegurar que os mecanismos e recursos (humanos) estão prontos a ser implementados e aplicar as regras e regulamentos;
- Estabelecer um Sistema de Informação de Transportes para observar os desenvolvimentos no sector dos transportes;
- Desenvolver um plano estratégico para a implementação da política de transportes.

6.3 Política Nacional dos Géneros de 2000 e o seu Plano Estratégico (2004-2008)

A visão do governo relativamente aos géneros é conseguir a participação total de homens e mulheres no processo de desenvolvimento a todos os níveis para assegurar o desenvolvimento sustentável e obter igualdade e imparcialidade entre os sexos.

Para concretizar esta visão, o Departamento dos Géneros para o Desenvolvimento (Gender in Development Department, GIDD) do Conselho de Ministros (encarregado do desenvolvimento e implementação da política) criou um Plano Estratégico para a Política Nacional dos géneros em Dezembro de 2002 para o período de 2004 a 2008. As áreas relacionadas com esta investigação, consideradas na política e plano estratégico são expostas abaixo.

6.3.1 Pobreza

Ao reconhecer que a pobreza afecta mais mulheres que homens, esta política tem como objectivo promover programas para reduzir a incumbência da pobreza nas mulheres ao nível dos agregados, da comunidade e nacional, e proporcionar à mulher o mesmo acesso e controlo de oportunidades em estruturas económicas, políticas e factores de produção. Para alcançar este objectivo será necessário:

- Criar programas adequados para aliviar e reduzir a pobreza, de acordo com as necessidades específicas das áreas, e efectivar e simplificar os procedimentos de acesso a esses serviços;
- Assegurar que o fornecimento alimentar adequado está disponível ao nível dos agregados e que a qualidade é estável a longo prazo;
- Habilitar as mulheres a utilizar e a controlar os seus vencimentos;
- Assegurar a diversificação das colheitas.

6.3.2 Trabalho, emprego e segurança social

Para corrigir os desequilíbrios entre os géneros no trabalho, emprego e segurança social a todos os níveis, a política reconhece a necessidade de rever as leis do trabalho e sistemas de segurança social para que sejam sensíveis aos géneros.

6.3.3 Agricultura

As mulheres contribuem com cerca de 70% do seu trabalho para a produção agrícola, no entanto não têm qualquer controlo sob o seu trabalho e são prejudicadas pelo pouco acesso aos recursos agrícolas tais como informação, crédito, factores de produção, terra, tecnologia e tomadas de decisão em comparação aos homens. A política tem como objectivo manter a segurança alimentar e a nutrição equilibrada para as mulheres, homens e crianças através da agricultura sustentável; assegurando o acesso e controlo crescente da mulher sobre os factores de produção e mercados; reduzindo a incumbência do trabalho e a sua exploração na agricultura; e aumentar a participação das mulheres nas cooperativas.

Para conseguir o acima referido, o GIDD deverá envolver-se na verificação e consideração de questões que discriminam as mulheres no trabalho, nomeadamente nos sectores como a floricultura onde se emprega mais mulheres do que homens e onde estes têm melhores condições de emprego.

Visto a pobreza ser muito maior nas áreas rurais em relação às áreas urbanas, o aumento das exportações, nomeadamente de produtos agrícolas, irá potenciar o desenvolvimento e diminuir a pobreza. Nas áreas rurais, as oportunidades comerciais podem afectar o rendimento do agregado de duas formas principais: (a) os agregados podem passar da agricultura de subsistência para a agricultura comercial, e (b) outros membros do agregado podem ganhar salários em outras

propriedades. Os rendimentos do comércio internacional são calculados utilizando um modelo que estima o rendimento adicional no cultivo de mais um hectare de colheita para vender. Os resultados indicam que mudar para uma colheita comercial e ganhar um salário em propriedades ajuda a reduzir a pobreza. Se os agregados reduzissem a sua produção de subsistência e passassem a produzir tabaco, poderiam aumentar o seu rendimento entre 71% e 104%. E se passassem a plantar milho híbrido poderiam aumentar os seus rendimentos entre 55% e 100%.

6.3.4 Comércio e indústria

A participação das mulheres no comércio e na indústria continua a ser dificultada pelo acesso limitado ao crédito comercial e empréstimos de instituições bancárias e financeiras devido à falta de garantia. Isto tem sido agravado pela pouca participação das mulheres em vários órgãos deliberativos relevantes. Esta situação força as mulheres a actuar no pequeno comércio que não é lucrativo. Para além destas limitações, as mulheres também têm capacidades empresariais limitadas, enfrentam problemas no acesso aos mercados e muitas vezes não possuem meios de produção.

A política tem como objectivo remover as barreiras mencionadas acima através de actividades que incluem:

- Tornar as políticas de comércio e indústria sensíveis e acessíveis a ambos os géneros
- Consciencializar as mulheres e os jovens a empreenderem uma participação mais activa no comércio e na indústria
- Organizar programas de formação empresarial em escolas técnicas e comerciais para mulheres, homens e jovens
- Facilitar a alteração e/ou rejeitar leis do comércio e indústria que discriminem as mulheres e os jovens, especialmente no acesso a crédito comercial e empréstimos bancários
- Criar fundos de crédito possíveis para mulheres empresárias

Embora uma das actividades planeadas seja tornar as políticas de comércio e indústria sensíveis e acessíveis a ambos os géneros, era esperado que o GIDD participasse activamente nas negociações actuais do APE, mas não tem sido esse o caso. O GIDD deveria criar um sistema de observação para permitir a avaliação da implementação das suas actividades e estratégias planeadas. Senão, a maioria destas não serão postas em prática.

6.4 Política de Comércio

6.4.1 Antecedentes históricos

A economia da Zâmbia sofreu reformas institucionais e políticas importantes desde o início até meados dos anos 90. Estas incluíam a abolição de controlos de troca de divisas, a desregulamentação dos juros e taxas de câmbio, abandono do controlo de preços e subsídios ao consumidor, reforma do regime de propriedade, redução das tarifas aduaneiras e embargos para abrir mercados domésticos para promover a exportação, privatização de muitas empresas do estado, e fortalecimento de mercados financeiros através de bancos comerciais e bolsa de valores.

O objectivo destas reformas estruturais era substituir a economia planeada e centrada no estado por uma economia com instituições e políticas baseadas no mercado para melhorar o crescimento económico e reduzir a pobreza. Em 1994 a Política do Comércio e Indústria foi introduzida, a qual relatava a visão governamental a longo prazo para o sector industrial, as actividades comerciais domésticas e a participação da Zâmbia em acordos comerciais internacionais.

Houve proveitos iniciais consideráveis depois destas reformas, tais como uma melhor gestão fiscal, monetária e financeira, um sector privado fortalecido, diversificação da produção agrícola, redução da inflação e um dos regimes comerciais mais abertos de África. As reformas também originaram o estabelecimento da Junta de Exportação da Zâmbia (EBZ) que estimulou o crescimento das exportações não tradicionais (NTE). Como resultado, a percentagem de NTE do total exportado aumentou de 8% em 1990 para 38% em 2003 (GRZ, 2005).

No entanto, os ganhos iniciais das reformas não se mantiveram. Apesar do crescimento modesto do desenvolvimento económico, a incidência da pobreza aumentou e vários indicadores macroeconómicos não atingiram os objectivos pretendidos. Já para não mencionar que a integração económica crescente na região da África Austral implicou que o rumo e modelo de comércio da Zâmbia e tivessem alterado significativamente. No geral, houve uma redução do produto industrial na década após a liberalização. No comércio internacional, a capacidade de oferta de exportação do país era inadequada para maximizar o proveito de esquemas preferenciais, tais como a Lei de Crescimento e Oportunidade para a África (Africa Growth and Opportunity Act, AGOA) e a iniciativa EBA da UE. Consequentemente em 2004 o governo lançou um Programa de Desenvolvimento do Sector Privado (Private Sector Development Program, PSDP) para diminuir várias barreiras administrativas ao comércio e proporcionar um ambiente favorável a investimentos.

Em 2005, foi necessário criar uma nova Política do Comércio e Indústria que reflectisse o progresso e desafios da década passada, e também analisasse a direcção futura das actividades governamentais para apoiar as empresas do sector privado da Zâmbia. Isto é analisado mais abaixo.

6.4.2 O Acordo Preliminar da Política do Comércio e da Indústria de 2005

Na Zâmbia, mais de dois terços da população subsiste com menos de \$1 dólar americano por dia. O mercado doméstico é demasiado pequeno para sustentar o crescimento da produção e do emprego necessário para reduzir a pobreza de uma forma sustentável. Portanto, o desenvolvimento da exportação será um elemento chave para o crescimento económico e redução da pobreza. A promoção da exportação e o desenvolvimento do sector privado fazem assim parte central da política comercial do governo actual. Os seus objectivos incluem:

- Estimular e encorajar actividades para aumentar o valor das exportações primárias como forma de aumentar o rendimento de exportação nacional e criar oportunidades de emprego;
- Transformar a economia da Zâmbia numa economia diversificada, competitiva e integrada no ambiente comercial internacional.
- Estimular o fluxo de investimento em áreas orientadas para a exportação nas quais a Zâmbia tem vantagens comparativas estratégicas para estimular a inovação e a transferência tecnológica na economia nacional;
- Sustentar o desenvolvimento efectivo e a utilização de capacidades de produção domésticas como forma de aumentar a produção e ampliar as oportunidades de emprego;
- Facilitar a aquisição de tecnologia moderna para apoiar os processos de valorização industrial das pequenas empresas;
- Facilitar os investimentos públicos e privados em infra-estruturas de verificação para apoiar melhorias na qualidade e no nível dos produtos da Zâmbia;
- Apoiar empresas domésticas a aumentar a sua eficiência e competitividade, e assim resistir à competição crescente nos mercados domésticos e internacionais.
- Formalizar, observar e regular actividades comerciais domésticas com o objectivo de promover e estimular um sector comercial doméstico dinâmico; nomeadamente assegurando uma competição justa no mercado doméstico, e também protegendo os interesses dos consumidores.

A economia da Zâmbia tem capacidade para diversificar as suas actividades de forma mais ampla e conseguir um crescimento maior na exportação. O Centro Internacional de Comércio (International Trade Centre, ITC)²⁸ identificou e categorizou os sectores prioritários para a promoção da exportação na Zâmbia da seguinte maneira:

²⁸ ITC (Fevereiro 2005), Identificação dos Sectores Prioritários na Promoção da Exportação na Zâmbia, sob o Programa Comum de Assistência Técnica Integrada (Joint Integrated Technical Assistance Programme, JIPAT)

- Sectores com maior capacidade: horticultura, tabaco, pimentão-doce, algodão, fio de algodão, produtos de cabedal, flores frescas, açúcar e torta de óleo.
- Sectores com capacidade média: mel, farelo de milho e trigo, pedras semipreciosas, amendoins, artesanato, farinha de trigo, rebentos de soja, farinha de milho, carne de vaca, produtos de madeira, sorgo, frutos processados, queijo, café torrado, leite, cobertores e toalhas e alimentos ricos em proteínas.
- Sectores com capacidade baixa: tecido de algodão, chá, fio acrílico e milho.

Para acelerar o crescimento da exportação, o governo e outros interessados devem considerar e dar prioridade aos sectores em função da sua capacidade de desenvolvimento na exportação e implementar políticas horizontais que considerem as limitações gerais e específicas do sector. Três das maiores limitações para os sectores de exportação foram identificadas como²⁹:

- **Volume:** A capacidade de produção é insuficiente devido à falta de capital disponível, e por sua vez cria dificuldades em obter descontos porque se exportam pequenas quantidades de cada vez.
- **Valor acrescentado:** Para muitos sectores de matérias-primas tais como o das pedras semipreciosas, algodão e cabedal, um dos maiores obstáculos ao aumento da exportação e do seu rendimento é a incapacidade de processar matérias-primas, e assim acrescentar valor e diversificar os produtos. Isto porque existe falta de capital e escassez de trabalhadores qualificados.
- **Custos de competitividade:** As exportações da Zâmbia são travadas pelos custos de produção elevados. O governo e outros interessados devem considerar dois factores de custo principais que comprometem a competitividade da Zâmbia: o custo do trabalho em relação aos custos de produtividade e transporte.

Mesmo entre os sectores prioritários, para poder reduzir a pobreza e o desemprego mais rapidamente, é necessário favorecer a promoção dos sectores de exportação que empregam mais mulheres do que homens, tais como a horticultura, flores frescas, açúcar, etc.

6.4.3 Políticas com impacto directo nas importações

Actualmente as importações na Zâmbia enfrentam as seguintes taxas:

Taxas Aduaneiras: é uma taxa aplicada sobre bens importados e acordo com o preço CIF (custo, seguro & frete). As tarifas “ad valorem” (de acordo com o valor) encontram-se em quatro níveis: 0, 5, 15 e 25. A tabela 8 mostra a

²⁹ As limitações específicas do sector das flores frescas foram estudadas no capítulo 4 deste relatório.

distribuição de 6,106 de registos tarifários, a importação e o rendimento aduaneiro em cada um dos quatro níveis.

Tabela 8: Indicadores principais de tarifas de importação, 2003³⁰

	Nível Tarifário	Percentagem da factura tarifária (%)	Percentagem de importação (%)	Percentagem de rendimento aduaneiro (%)
Matérias-primas	0-5	21	30	0
Bens de capital	0-5	14	24	15
Bens intermédios	15	33	26	36
Produto final	25	32	21	48

Fonte: CSO, Informação submetida a UNCTAD sobre tarifas aduaneiras, como citado no GRZ, 2005

Quase todos os factores de produção (químicos, pesticidas, sementes, material para embalar e para construir estufas) do subsector das flores frescas são importados da África do Sul. Como estes são matérias-primas, a sua contribuição para o rendimento aduaneiro é zero.

Taxa de Importação: é uma taxa de valor acrescentado (IVA) aplicada sobre certas importações. É aplicada sobre o valor tributável à taxa actual de 17,5%. No orçamento de 2006, a taxa normal foi imposta a todos os produtos agrícolas, com excepção dos cereais para bebés, milho e farelo de milho e as suas farinhas. O objectivo é os agricultores serem reembolsados do IVA de importação nas suas despesas e ao mesmo tempo fazer as exportações competitivas sob o sistema de “Duty Drawback”.

Sob este sistema, os exportadores são reembolsados das taxas aduaneiras e outras taxas de factores de produção importados, o produtor fica assim com acesso aos factores de produção a preços globais. O que significa que até o sector das flores frescas é elegível para o reembolso fiscal de despesas nos factores de produção importados. No entanto, o governo, através da Autoridade Fiscal da Zâmbia, deve considerar o problema do reembolso retardado desses pagamentos.

Se a situação se mantiver, os APE não terão qualquer impacto directo no sector das flores frescas em relação à importação de factores de produção por não haver perda de rendimento tarifário nas importações.

³⁰ É preciso notar que os níveis tarifários foram os mesmos em 2006 de acordo com a Autoridade Fiscal da Zâmbia (Zambia Revenue Authority, ZRA) que administra as tarifas. No entanto não foram encontradas informações sobre a percentagem de importações e rendimento alfandegário para a actualização de toda a tabela.

Apesar das políticas comerciais serem necessárias para acelerar o desenvolvimento de exportação estas não bastam. É necessário assegurar a estabilidade macroeconómica, a melhora do ambiente empresarial, e o fornecimento de infra-estruturas (uma resposta mais efectiva por parte da oferta às políticas comerciais) para encorajar o investimento privado em sectores orientados para a exportação. Mais uma razão para que as negociações do APE destaquem, entre outras coisas, a eliminação das barreiras da oferta aos países ACP.

6.4.4 Acordos comerciais bilaterais e regionais existentes

A Zâmbia tem actualmente apenas um acordo comercial bilateral com o Ruanda que vai perder o valor em breve porque o Ruanda também é membro da COMESA, cujos estados-membros acordaram uma União Alfandegária (Customs Union, CU) para Dezembro de 2008. Existem negociações actuais para acordos comerciais bilaterais com os seguintes países: Moçambique, Nigéria, República Democrática do Congo (RDC), Zimbabué e Irão.

A Zâmbia constitui uma das partes em acordos comerciais regionais ao abrigo da ESA e da SADC (discutidos mais abaixo). O que coloca a Zâmbia numa posição difícil nas negociações do APE, mais concretamente em que grupo deverá negociar: na ESA ou na SADC? Actualmente, a Zâmbia está em negociações sob a égide da ESA, cujo Secretariado é a COMESA. Os dois acordos comerciais regionais têm prioridades diferentes. A COMESA (ESA) dá ênfase ao comércio, apesar de recentemente ter introduzido um componente para o desenvolvimento. Por outro lado, a SADC dá prioridade ao desenvolvimento assim como ao comércio.

Um estudo, pedido pela Zâmbia, está actualmente a avaliar o impacto de pertencer à ESA. Quando este for completado, será tomada a decisão ao abrigo sobre o futuro da Zâmbia em termos de negociar através da ESA ou da SADC.

6.5 Requisitos principais para a implementação da estratégia comercial da Zâmbia

Como é que uma estratégia orientada na exportação para ajudar a reduzir a pobreza e criar mais oportunidades de participação das mulheres na economia, pode ser implementada eficazmente? Sugerimos a necessidade do seguinte:

Compromisso político a alto nível: Conseguir um desenvolvimento baseado na exportação requer um compromisso político ao mais alto nível.

Integração da política comercial: A promoção da exportação deverá ser posta no centro da estratégia de desenvolvimento e redução da pobreza da Zâmbia, e ser reflectida nos documentos da política governamental que contem estratégias específicas de desenvolvimento.

Governança coordenada: Actualmente cada ministério lida com um aspecto diferente da política comercial.

Parceria efectiva ente o público e o privado: É essencial para criar um ambiente possível para a planeada reorientação económica. Até há pouco tempo, não havia um mecanismo de consulta a alto nível entre o governo e o sector privado.

Programas de coordenação para a promoção da exportação e do desenvolvimento do sector privado: É fundamental que os programas de desenvolvimento do comércio (promoção da exportação) e do sector privado sejam estreitamente coordenados para evitarem sobreposições e ao mesmo tempo beneficiarem de uma complementaridade forte. A responsabilidade em lidar com o sector privado e as questões comerciais deverá ser dado às mesmas agências de implementação para assegurar consistência.

Melhorar a capacidade comercial: Talvez o maior desafio seja aumentar a capacidade do governo e dos interessados em defrontar as questões crescentes de política comercial e negociações. Isto requer conhecimento institucional da OMC, APE e acordos regionais, capacidade analítica para conduzir o necessário trabalho económico, e a experiência que pode apenas ser ganha ao longo do tempo.

Coordenação de doadores: A Zâmbia recebe o apoio comercial de doadores de uma variedade de fontes unilaterais e multilaterais. Com uma nova onda de projectos de doadores a começar agora ou em breve (EU, USAID, DFID, World Bank, JITAP, IF, etc.) é urgente melhorar a coordenação de doações para evitar a sobreposição e dirigir os recursos para as prioridades da Zâmbia.

As negociações do APE que lidam com questões de desenvolvimento: Dentro da economia global existem agora apenas dois recursos principais onde a política governamental se pode apoiar:

- O valor de infra-estruturas físicas e de capital
- O valor do capital humano

Em ambas áreas, os países ACP sofrem grandes limitações na sua capacidade de produzir de forma competitiva contra uma atmosfera de comércio livre com a UE. Estas limitações são responsáveis em grande parte pela situação de países em desenvolvimento em que se encontram. Estas incluem:

- Fornecimento precário dos serviços públicos (abastecimento de electricidade e água);
- Infra-estruturas públicas fracas (estradas e caminhos de ferros em más condições);
- Quadros institucionais e políticos fracos (resultando na flutuação das taxas de câmbio e uma inflação e taxas de juros altos);
- Baixa produtividade da mão-de-obra (resultante das condições de educação, saúde e alojamento serem fracas)

Nos últimos anos, a epidemia do VIH/SIDA teve um impacto profundo no capital da África com implicações graves na produtividade do trabalho e competitividade económica dos países ACP e a sua capacidade em adaptar-se e gerir a

mudança. O que tem de ser considerado no processo de formulação de políticas comerciais e na negociação de futuros acordos comerciais, incluindo um APE.

7 Impactos dos APE propostos com a UE

7.1 Impacto dos APE no sector das flores frescas

7.1.1 Impacto das tarifas aduaneiras de exportação e importação

A Zâmbia não importa flores e não existe uma procura doméstica de flores. Portanto não existe mercado na Zâmbia para as flores cultivadas na UE e não há necessidade de acordos de reciprocidade. Para além de que o sector de flores frescas já beneficia de *duty free*, o acesso sem tarifas ao mercado da UE e a situação continuará mesmo depois dos APE serem aplicados. Logo, os APE não terão um impacto directo sobre o sector das flores frescas relativamente à perda de rendimento tarifário nas exportações; nem terão qualquer efeito nos consumidores de flores na Zâmbia.

A Zâmbia importa todos os factores de produção agrícola da África do Sul. As importações estão sujeitas a duas taxas: a taxa aduaneira e a taxa de importação. No entanto, os factores de produção do sector das flores frescas são considerados matérias-primas e por isso são isentas de taxa aduaneira. Alguns exportadores no sector agrícola (que inclui o sector das flores frescas) são reembolsados pelas taxas aduaneiras pagas sobre factores de produção importados, o produtor tem assim acesso aos factores de produção a preços globais. Se a situação se mantiver, os APE não terão qualquer impacto directo no sector de flores frescas em relação à importação de factores de produção visto não haver perda de rendimento de taxas nas importações.

7.1.2 Impacto da taxa de câmbio

A maior ameaça para os sectores quase exclusivamente dependentes do factor de mão-de-obra da economia é a apreciação do Quacha Zambiano (ZK) O Sindicato Nacional de Agricultores da Zâmbia (ZFNU), a organização Apex para todo o sector agrícola, avaliou as implicações da apreciação do Quacha em cada sector de exploração agrícola com base em três taxas de câmbio, 4,500 ZK (taxa prévia), 3,500 ZK (taxa actual) e 2,500 ZK (assumindo a continuação da queda) A Floricultura requer um grande investimento de capital, requerendo estufas e câmaras frigoríficas, o desenvolvimento de material para plantas e formação do pessoal. Por isso a percentagem dos custos variáveis do volume de negócios tem de ser baixa para que os custos capitais sejam recuperados. O negócio é portanto sensível a taxas de juros a longo prazo e necessita de uma sustentabilidade prolongada para ser viável. As flutuações nas taxas de câmbio podem portanto ser bastante prejudiciais a uma produção sustentável (Tabela 9).

A tabela abaixo mostra a alteração dos custos em dólares devido à apreciação da moeda. O declínio resultante em lucro líquido como percentagem do volume de negócios (de 14% a 4500ZK por dólar americano (\$) a 7% de 3500ZK p/\$ e -5 a 2500ZK p/\$) indica a queda dramática do lucro.

Tabela 9: Impacto da apreciação na exportação florícola

		<i>Floriculture</i>		
		Responsiveness		
Exchange rate		4500	3500	2500
<i>Exporter Profitability</i>				
Revenue (\$)				
yield		3,500,000	3,500,000	3,500,000
price		\$0.12	\$0.12	\$0.12
revenue		\$420,000	\$420,000	\$420,000
Costs (\$)				
imported inputs	25%	\$185,940	\$199,221	\$219,144
local inputs (paid in Kwacha)	100%	\$10,244	\$13,171	\$18,439
labor costs (paid in Kwacha)	100%	\$16,275	\$20,925	\$29,295
interest costs (@ 15%)	100%	\$31,869	\$40,974	\$57,364
total variable costs		\$244,328	\$274,292	\$324,242
capital costs		\$115,588	\$115,588	\$115,588
total costs		\$359,915	\$389,879	\$439,829
Profit Margin				
gross margin (revenue-variable costs)		\$175,672	\$145,708	\$95,758
as % of turnover		42%	35%	23%
net profit (gross margin - capital costs)		\$60,085	\$30,121	-\$19,829
as % of turnover		14%	7%	-5%

Fonte: Informação retirada dos orçamentos do ZNFU

Cultivadores indicam que com a taxa de câmbio a 3,500 ZK deixam de investir, e se for mais elevada começam a desinvestir. Alguns antecipam uma reorientação da produção para o pequeno mercado doméstico apesar de saberem que é provável terem de enfrentar o desafio das importações sob as novas taxas de câmbio. Todos os correspondentes indicam a necessidade de reduzir o emprego e notam que não podem efectuar aumentos de salários. Estão preocupados com a possível perda de oportunidades comerciais na exportação para os seus concorrentes no Quênia, Uganda, Tanzânia e Zimbabué com perdas de emprego paralelas para os zambianos. Eles também anteciparam um aumento nos custos de expedição devido à perda de economias de escala com a redução recente nas exportações hortícolas e o número decrescente de transportadoras aéreas a servir a Zâmbia. A Associação de Cultivadores Exportadores da Zâmbia (ZEGA) prevê maus resultados em termos da diversificação da colheita e consequentemente uma maior dependência do cobre.

Uma análise similar foi feita no sector dos legumes (Tabela 10), que tem mais de 10,500 empregados e 2,500 cultivadores independentes. O sector depende mais da mão-de-obra do que o sector das flores, os custos variáveis nos legumes são de 22,5% em comparação com os 4,5% da floricultura (a uma taxa de 4,500ZK/\$). Apesar de ter menos necessidade de investimento de capital por unidade do que a floricultura, é no entanto intensiva devido às necessidades de irrigação, câmaras frigoríficas e maquinaria agrícola. Os custos capitais das operações existentes foram calculados em \$8,000 por hectare ou \$1,300 por tonelada de capacidade³¹, o que implica a necessidade de uma margem de 8% para cobrir apenas os custos de financiamento de capital. Não é possível obter isto com 3,500 ZK por \$. Uma comercialização de sucesso implica necessariamente um investimento considerável para poder ganhar acesso e dar formação ao pessoal, o que aumenta ainda mais os custos de entrada no mercado.

Existe uma grande diversidade de colheitas no sector com estruturas de custo similares mas variadas. Foi feita uma análise em toda a indústria para demonstrar o efeito da apreciação do Quacha, de uma forma genérica. A avaliação indica que os rendimentos positivos a 4,500 ZK por dólar\$ se tornavam bastante negativos numa realidade de 3,500 ZK por dólar\$.

Tabela 10: Impacto nas exportações dos legumes genericamente

³¹ Os custos variáveis por hectare são consideravelmente diferentes em cada colheita e variam entre os \$1500 e os \$12,000 por hectare para além do custo capital requerido.

Exchange rate	Responsiveness	<i>Imported</i>			
		<i>Inputs at old rate. Sales at</i>	<i>Inputs and sales at</i>	<i>Inputs and sales at</i>	<i>Inputs and sales at</i>
		4500	3500	3500	2500
<i>Horticulture Exporters</i>					
Revenue					
export revenues	0%	\$25	\$25	\$25	\$25
domestic sales					
Kwacha		11,250	11,250	11,250	11,250
\$	100%	\$2.50	\$3	\$3	\$5
revenue		\$28	\$28	\$28	\$30
Costs (\$)					
imported inputs (fertilizer, seed)	25%	\$10	\$10	\$11	\$11
local inputs (labor, transport, interest)	100%	\$13	\$15	\$15	\$18
total variable costs		\$23	\$26	\$26	\$30
capital costs	0%	\$4	\$4	\$4	\$4
total costs		\$27	\$30	\$30	\$34
Profit Margin					
gross margin (revenue-variable costs)		\$5	\$3	\$2	\$0
as % of turnover		17%	9%	7%	0%
net profit (gross margin - capital costs)		\$1	-\$1	-\$2	-\$4
as % of turnover		3%	-5%	-7%	-14%

Segundo estes indicadores, os cultivadores indicam a necessidade de melhorar a produtividade da mão-de-obra introduzindo mais o sistema de pagamento por tarefa e mecanização. No entanto, eles indicam que já procuraram rigorosamente todas as formas de aumentar a eficácia da produtividade para enfrentar o aumento dos custos de transporte aéreos. Portanto já não dá para apertar mais o cinto. A apreciação da moeda favoreceu a mecanização porque aumentou efectivamente o custo de mão-de-obra e ao mesmo tempo diminui os custos de importação de maquinaria. No entanto, a natureza da horticultura proporciona opções de mecanização muito limitadas; sendo então inevitável proceder a cortes drásticos na força laboral. Todos os empregos do sector estão em risco. Serão necessárias resoluções financeiras, tal como evitar os fornecedores de serviços e comerciantes locais para favorecer as importações directas. Irão também vão considerar fornecer o sector doméstico em vez de exportar, mas admitem que a capacidade é limitada a apenas 1% do valor de exportações e que a mão-de-obra requerida para servir apenas o mercado doméstico está nas dezenas em vez de milhares. Uma empresa indica que isto implicaria reduzir a sua procura de mão-de-obra de 3500 para 85³². É claro que

³² Zâmbia (ZNFU) (Março 2006), Draft Report on the Impact of Kwacha Appreciation and Proposed Tax Provisions of the 2006 Budget Act on Zambian Agriculture (Relatório Preliminar sobre o Impacto da Apreciação do Quacha e das disposições legais para os Impostos propostos no Decreto Orçamental de 2006 para a Agricultura da Zâmbia)

a competitividade aumentou de tal maneira que qualquer relaxamento na eficiência de gestão ou frustrações tais como corte de energia, falta de combustível ou conflitos de mão-de-obra ameaçarão gravemente a sustentabilidade das operações de exportação que levaram muitos anos a estabelecer.

A partir do momento em que se perde um mercado de exportação, não se volta a tê-lo. Levaram anos para mantê-lo mas podem passar para outras fontes facilmente. O mercado global é muito competitivo e implacável na sua selectividade, de tal forma que um incumprimento de qualquer tipo termina o acesso do fornecedor ao mercado. As empresas estão a tentar funcionar com base numa operação de “*break even*” em antecipação do regresso de um ambiente económico mais favorável.

Numa das maiores propriedades agrícolas visitadas durante o estudo, com um total de 3000 empregados dos quais 80% eram mulheres, o salário médio diário era 13, 500ZK por empregado. Seis meses atrás equivalia a \$2.94US quando a taxa de câmbio era de 4, 600ZK por \$1US. Actualmente, com uma taxa de câmbio a 3, 200 ZK por \$1US, o mesmo salário médio de 13,500ZK por dia é equivalente a \$4.22US Isto significa que o custo da mão-de-obra aumentou de \$1.28US por pessoa por dia. Este aumento prejudicou tanto a propriedade que esta não tem conseguido qualquer margem de lucro. A empresa planeia mudar a sua produção para rebentos de soja porque é muito mais mecânica. O que significa que alguns trabalhadores vão ser despedidos e a maioria serão mulheres porque os homens são mais adequados para a produção de soja.

7.1.3 Impacto da perda de emprego

Apesar de não haver perdas directas de emprego por causa dos APE no sector hortícola e florícola, outras questões relacionadas com o comércio podem trazer perdas de emprego que terão impacto na subsistência das mulheres. A apreciação do Quacha discutido na secção anterior irá criar e já criou perda de emprego.

Quando alguém perde o emprego, perde a segurança de um emprego e a fonte de rendimento. Isto afecta o seu nível de vida e piora o seu nível de pobreza, nutrição, acesso à saúde e à educação, etc. A maioria das mulheres entrevistadas empregadas no sector das flores frescas disse o seguinte:

Nutrição

Mesmo empregadas, elas não têm meios para pagar refeições decentes ou fazer compras no supermercado. Em vez disso, compram comida e roupas em segunda-mão em mercados comuns. A perda de emprego irá piorar a sua situação nutricional. Uma coisa é certa, a vida em Lusaca seria impossível sem um emprego.

Educação e saúde

Se perdessem os empregos elas não teriam meios de enviar os seus filhos para a escola. Quase todas as mulheres entrevistadas indicaram que apesar de empregadas, não podem pagar as contribuições de regime de saúde governamental de 6,500 ZK (\$2.03US) por pessoa por trimestre. Se ficarem doentes, preferem ir arranjar os ZK 2,500 (US\$0.78), montante pago pelos que não contribuem para o regime de saúde para terem uma consulta na clínica.

Alojamento, electricidade, água limpa e saneamento

Nenhuma das mulheres com quem falamos possuía uma casa. A maioria delas não tinha meios de alugar uma casa com electricidade apesar de estarem empregadas. Se perdessem o emprego a situação seria pior.

A maioria das mulheres entrevistadas vivia em bairros da lata dentro de Lusaca onde o abastecimento de água e o saneamento é feito de forma provisória e desordenada. Não é surpreendente que doenças tais como a cólera e disenteria apareçam nestes sítios todos os anos.

Comunicação.

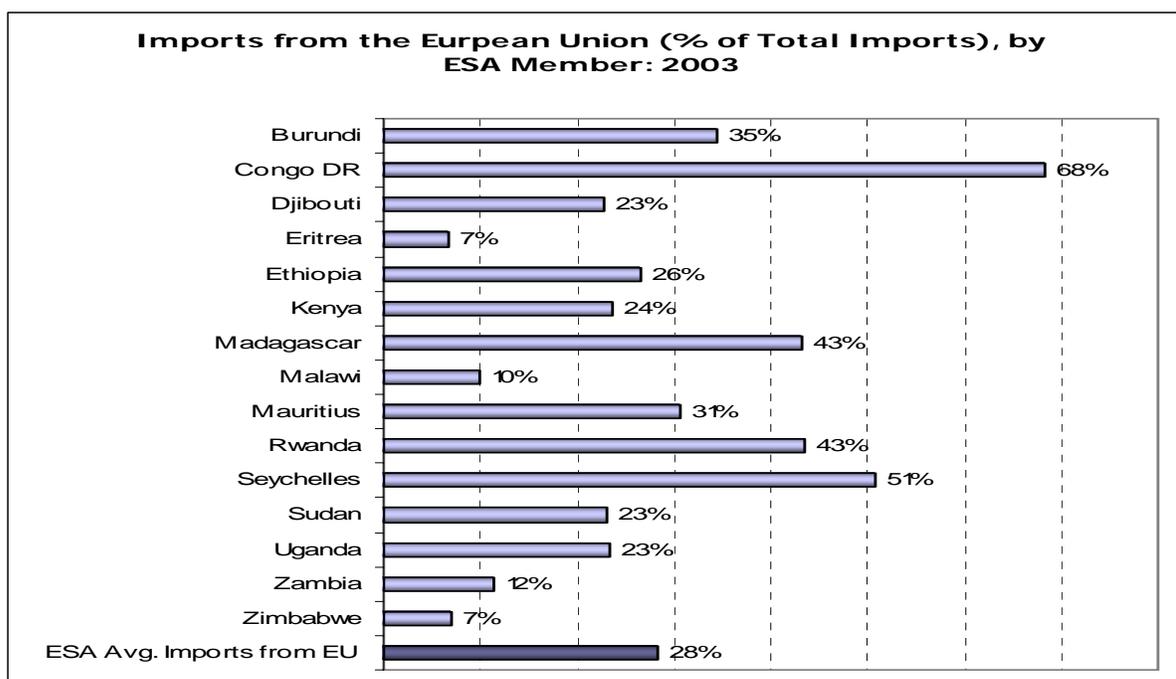
Quando não se tem um vencimento constante, a comunicação torna-se um “luxo” em vez de uma necessidade. Quase todas as mulheres entrevistadas não têm qualquer meio de comunicação. Uma das mulheres entrevistadas que tinha um telemóvel disse “se ficasse desempregada, venderia o meu telemóvel e iria ter com os meus pais que vivem em Mpika na Província do Norte porque não teria os meios para alugar uma casa e usar este telemóvel”.

7.2 Impacto em toda a economia

7.2.1 Perda de rendimento de tarifas aduaneiras

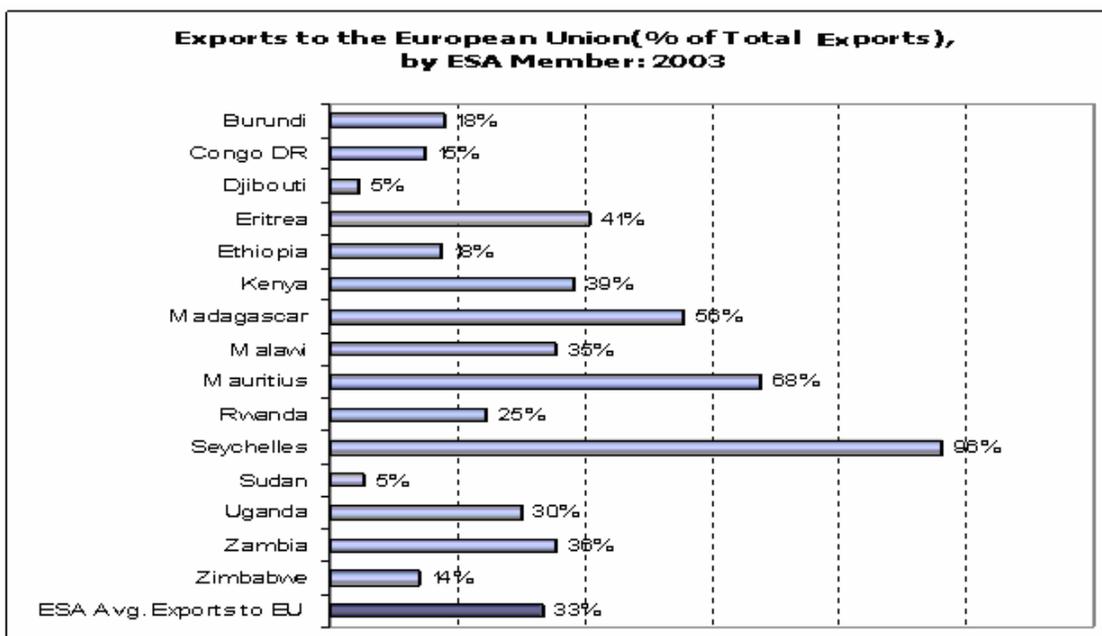
As percentagens de importações e exportações com a União Europeia pelos estados-membros da ESA no ano de 2003 são as seguintes:

Figura 5: Importações da EU pelos países-membros da ESA



Fonte: ESA, 2005

Figura 6: Exportações para a União Europeia dos países-membros da ESA em 2003



Fonte: ESA, 2005

Quatro dos países da ESA (Malawi, Zâmbia, Zimbabué e Maurícias) registaram em 2003 saldos líquidos de exportação com a UE bastante positivos (com

excedentes comerciais entre os \$104 milhões e os \$432 milhões de dólares americanos) e as Seicheles registraram um balanço marginal positivo de \$2 milhões no mesmo ano. Os outros 11 países da ESA tiveram balanços comerciais negativos que variavam de moderado (isto é, um défice menor a \$100 milhões: para o Burundi, Quénia, Eritreia, Madagáscar, Ruanda e Uganda) a significativo (um défice entre os \$136 milhões e \$499 milhões de dólares: para o Djibouti, RD do Congo, Etiópia e Sudão de uma forma crescente) no mesmo ano. O saldo líquido médio regional de exportação era um défice comercial moderado com a UE de cerca de \$35 milhões.

Os Estados-Membros da COMESA acordaram actuar para a harmonização de uma Tarifa Aduaneira Externa Comum com os seguintes 4 níveis

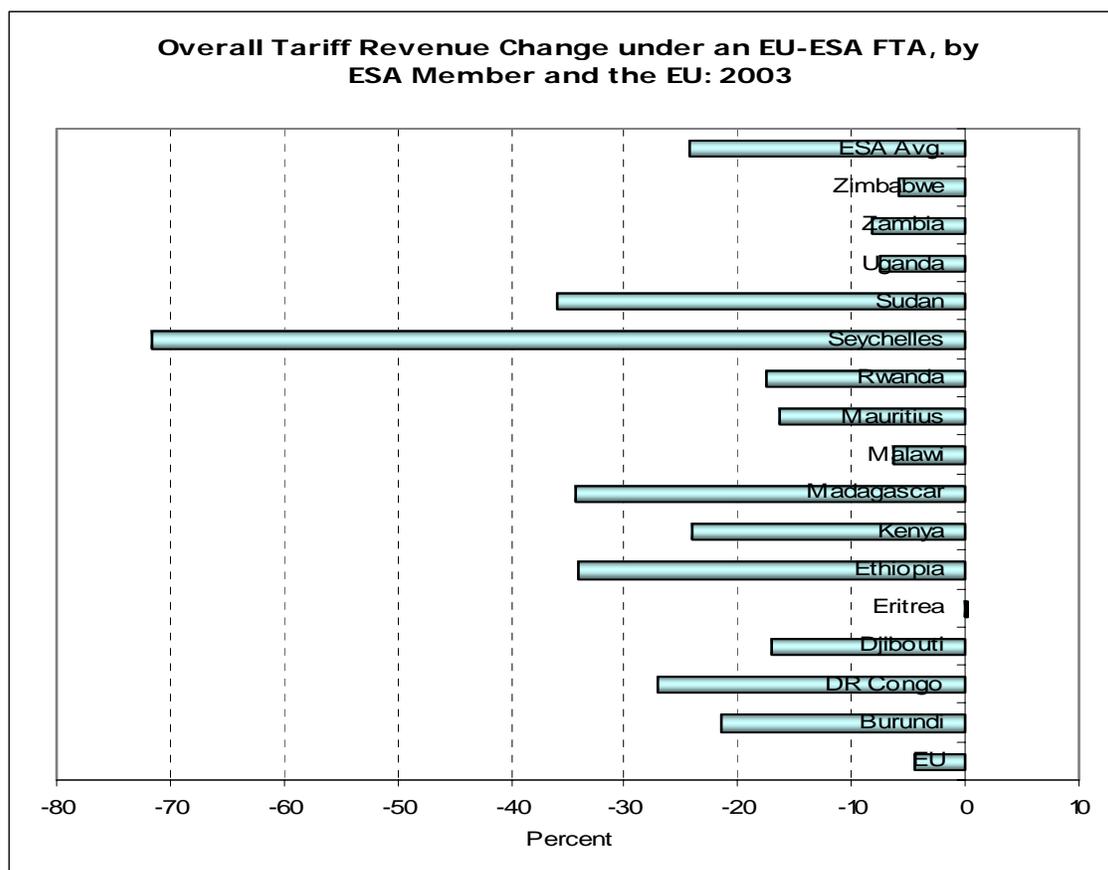
- Bens de capital – 0%
- Matérias-primas – entre 0% e 5%
- Bens intermédios – entre 10% e 15%
- Produto final – entre 20% e 40%

No entanto, para dar uma ideia do possível impacto da redução imediata de 100% da tarifa em todos os bens importados da UE, assumimos que uma FTA é estabelecida sob um APE entre a ESA e UE com base somente na situação comercial de 2003. A simulação assume que:

1. O comércio ocorreu segundo os níveis de 2003 com Djibouti, Quénia, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Sudão, Zâmbia e Zimbabué sob o FTA da COMESA (condição 2003) e portanto não são aplicadas tarifas aduaneiras nos bens originários comercializados entre eles; e
2. Todas as tarifas aduaneiras aplicadas nas importações da UE são anuladas.

Nesta situação a perda de rendimento médio da região da ESA é estimada em 24% do rendimento total tarifário recebido em 2003. Com excepção da Eritreia com um lucro de rendimento marginal de 0.3% do seu rendimento total tarifário, estima-se que todos os países da ESA perdem rendimento tarifário (Figura 7).

Figura 7: Perda possível de rendimento tarifário para os países-membros da ESA assumindo como base a relação ESA EU APE FTA na importação e exportação de 2003



Fonte: ESA, 2005

7.2.2 Influência da Política Agrícola Comum (PAC) da UE

Antes de 1991, a Política Agrícola Comum (PAC) da UE teve um duplo efeito na região:

1. Qualificou e limitou o acesso *duty free* proporcionado aos países ACP para os produtos agrícolas; e
2. Aumentou o valor do acesso preferencial dado aos países ACP, visto a UE praticar preços internos altos, dos quais os exportadores dos países ACP podiam beneficiar directamente.

Em 1991, a UE começou uma reforma fundamental na sua política agrícola, passou de um sistema de incentivos para a fixação de preços para vários sistemas de ajuda directa aos agricultores. Este processo evoluiu através de várias etapas. Inicialmente, os pagamentos de compensações baseavam-se no volume de produção. Posteriormente, isto foi alterado para pagamentos baseados na área, com multiplicadores regionais específicos utilizados para considerar a variação dos rendimentos. A etapa final deste processo é a mudança para um regime de pagamento único por exploração, que inclui um grande número de produtos e que não está associado à produção, o que

significa que os pagamentos já não são associados à produção de culturas específicas ou áreas plantadas. No entanto deverá ser reconhecido que os pagamentos de “apoio dissociado” são baseados na elegibilidade histórica para pagamentos de apoio, que se baseavam na área e antes no nível de produção.

O objectivo desta reforma é permitir que os preços na UE baixem em relação aos preços a nível mundial, sem prejudicar o rendimento das propriedades e ou modelos de produção. Isto é possível pois os agricultores da UE recebem, na sua maioria, compensações pela redução dos preços através de pagamentos de ajudas directas. Isto permitiu uma mudança fundamental no foco da política agrícola da UE. Enquanto que durante a Guerra-fria, a PAC focava na segurança alimentar da Europa, agora foca na promoção de uma maior competitividade de preços na produção alimentar e nos produtos agrícolas da UE para os mercados domésticos e internacionais.

A reforma da PAC tem tido os seguintes efeitos gerais:

- Preços substancialmente mais baixos para os produtos agrícolas afectados no mercado da UE, reduzindo o valor preferencial dos países ACP;
- Redução dos custos das matérias-primas para os fabricantes de alimentos e bebidas da UE, originando uma expansão na exportação produtos alimentares de valor simples da UE para os países ACP nas cadeias de produção ligadas a estas matérias-primas agrícolas básicas; e
- Uma diminuição na necessidade de reembolso de exportações e níveis elevados de protecção aduaneira da UE, o que faz com que a política agrícola da UE esteja mais de acordo com o estipulado pela OMC.

O impacto da reforma da PAC nos países da ESA pode ser dividido em quatro áreas principais:

1. A redução do valor do acesso preferencial aos mercados da UE, resultado da redução nos preços da UE originada pela mudança do sistema de apoio em termos dos preços para o sistema de ajuda directa aos agricultores;
 2. A maior competitividade em termos de preços dos produtos agrícolas e alimentares com valor acrescentado da UE nos mercados domésticos e estrangeiros.
 3. O aumento dos custos e das dificuldades em assegurar o acesso aos mercados, devido ao reforço da política de segurança alimentar da UE; e
 4. A diferenciação crescente de produtos no mercado da UE e a tendência dos preços divergentes que a acompanha, o que significa que os importadores dos países ACP não só terão que “comercializar” os bens no mercado da UE mas terão também de os colocar no mercado em componentes diferenciados específicos desse mercado.
-

Em relação à carne de vaca, os países da ESA que exportam para o Reino Unido viram os preços da carne de vaca baixar entre 28% (fatias de bife refrigeradas) e 30% (fatias de quarto dianteiro congeladas) entre 1999 e 2002³³.

7.2.3 Perda de rendimento fiscal das empresas

A Zâmbia também pode perder o rendimento fiscal referente ao IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas) se as empresas fecharem ou virem os seus lucros reduzidos por causa dos APE. O IRC é calculado depois do balanço anual de lucros e perdas da empresa ter sido feito.

O estudo sobre o impacto das Reformas do Açúcar da UE na indústria do açúcar na Zâmbia (Nakaponda et al., 2006) revelou ao adoptar uma relação proporcional entre a produção e os lucros, e com base no Relatório Anual 2004/05 para ZS, as perdas previstas no rendimento governamental do IRC ascenderiam a um total de 37,327 ZK milhões, ou \$ 11, 665 US milhões de 2006 a 2015.

7.2.4 Impacto na prestação de serviços públicos

A perda de receitas aduaneiras devido à eliminação dos direitos de importação e perda da receita fiscal referente ao IRC poderão levar a cortes severos nas despesas públicas do estado, numa altura em que os países sul-africanos se debatem com o VIH/SIDA, o analfabetismo e a insegurança alimentar, entre outros problemas. Isto seria incoerente com o actual consenso global de que é necessário aumentar os gastos públicos para atingir os objectivos de desenvolvimento, um facto reconhecido pelo Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan (Ochieng & Sharman, 2005)

7.3 Dimensão da questão do Género

7.3.1 Questões fiscais

A análise dos géneros nas questões fiscais deverá focar não só nas questões específicas ao comércio (tarifas, etc.), mas também nos diferentes factores de contexto que influenciam o poder das mulheres e pequenos produtores de beneficiar das oportunidades apresentadas pelo comércio mais livre. Um desses factores contextuais é as políticas macroeconómicas domésticas existentes, nomeadamente as políticas fiscais e orçamentos nacionais.

Dentro do orçamento, duas categorias são vitais para as mulheres e pequenos produtores e por isso devem ser protegidas de mais cortes:

- **Serviços Sociais:** tais como a educação, a saúde, a habitação e a água. Estes podem ser resumidos como os serviços para a realização dos direitos sociais.

³³ ESA EPA Negotiating Position on Agriculture (Posição de Negociação sobre a Agricultura (relatório preliminar) da ESA nos APE), Julho 2005, 2ª Versão

- **Serviços económicos:** tais como a agricultura, infra-estruturas, estradas de acesso, políticas financeiras e regimes de propriedade. Estes podem ser resumidos como bens e serviços para a realização dos direitos de acesso e controlo de recursos. Geralmente, a quota orçamental destinada aos serviços económicos é muito pequena relativamente à protecção de mercados domésticos ou apoio para enfrentar as limitações na oferta.

7.3.2 Questões do acesso ao mercado

Para poder analisar a questão do género nas questões de acesso ao mercado é necessário começar por esclarecer qual a posição da mulher nos diferentes sectores e mercados, para poder identificar os que são importantes para elas e requerem protecção. O tipo de sectores que servem os mercados domésticos e os regionais deve ser examinado, juntamente com o seu nível de protecção fiscal e ameaça de competitividade relativamente ao comércio livre da UE, e especialmente o impacto da reforma PAC nesses sectores.

As questões específicas comerciais relacionadas com as MSF e regras de origem em sectores de maior importância para as mulheres de diferentes países deveriam ser claramente identificadas, a fim de assegurar que estas beneficiem da assistência programada para enfrentar estas questões, e que as regras de origem terão em consideração as limitações de produção a enfrentar. As regras de origem devem ser criadas para permitir que as mulheres em PMA beneficiem do acesso *duty free* concedido ao abrigo da EBA.

Reforma PAC

Devido ao papel fundamental desempenhado pelas mulheres na agricultura da Zâmbia, é provável que elas sejam as mais afectadas pela competição crescente das exportações da UE nos mercados locais e regionais devido à reforma PAC. Portanto é indispensável avaliar o impacto provável da reforma da PAC no vencimento das mulheres envolvidas nas diferentes etapas da produção, fabricação, comercialização e distribuição agrícola.

Paralelamente, também existe a necessidade de identificar os sectores e áreas de produção importantes para as mulheres onde é necessário (1) introduzir medidas de protecção simples e efectivas; e (2) excluir esses produtos da liberalização do mercado.

Questões de Desenvolvimento

A análise relativa aos géneros nas questões de desenvolvimento relacionadas com os APE devem identificar as áreas em que as mulheres se encontram em desvantagem no acesso aos recursos produtivos, juntamente com as medidas para melhorar o acesso das mulheres aos recursos produtivos e assim

responder ao desafio da liberalização do comércio com a UE. Esta análise deveria avaliar até que ponto as mulheres já beneficiam de programas governamentais e da UE que visam melhorar o seu acesso aos recursos. Isto irá também permitir definir quais dos tipos de assistência prioritários para poder preparar melhor as mulheres da Zâmbia para fazerem frente ao comércio livre.



8 Conclusão e Recomendações

Um APE não terá um impacto negativo directo no sector das flores frescas em termos de tarifas aduaneiras de importação ou exportação. Como é um País Menos Avançado (PMA), a Zâmbia não precisa entrar num APE para ter acesso ao mercado da UE. Mas as tarifas aduaneiras não são as únicas barreiras à exportação. Se a UE quiser apresentar um APE com interesse para a Zâmbia (tanto numa perspectiva geral como no que diz respeito à questão do género) deve poder proporcionar apoio ao aumento da capacidade de oferta do país, que não está disponível ao abrigo da iniciativa EBA que foca apenas nas tarifas aduaneiras. Se não garantir este nível de apoio de uma forma garantida e calculável num APE, não trará qualquer vantagem para a Zâmbia.

8.1 Recomendações

8.1.1 Ao nível do sector

A cadeia de oferta que regula a produção e venda das flores e legumes frescos é funcional e impressionante. A cadeia estende-se dos compradores na Europa até aos produtores na Zâmbia, e é apoiada em momentos críticos por agências internacionais doadoras assim como pelo governo da Zâmbia. Existe, no entanto, ainda muito a fazer para ultrapassar a recente recessão nas receitas provenientes da floricultura e para conseguir atingir o potencial máximo do sector. As melhorias e necessidades que devem ser consideradas pelo governo e interessados nas negociações de um APE, são:

- Estabelecer uma cooperativa ou consórcio de cultivadores, que unifique os pequenos produtores e procure melhorar as condições de venda e lucros nas exportações;
 - Resolver o problema crítico do carregamento aéreo dispendioso ao negociar com as transportadoras enquanto grupo em vez de empresas individuais.
 - Ampliar a produção para obter economias de larga escala;
 - Assegurar o financiamento a longo prazo com taxas competitivas para apoiar todos os níveis de produção (bens de capital, trabalho qualificado e administradores/ supervisores competentes) as operações neste sector são de grande intensidade de capital por isso a disponibilidade de financiamento exterior é crítica para fortalecer a capacidade do sector;
 - Obter assistência pública no melhoramento e expansão de redes rodoviárias (para permitir que pequenos cultivadores participem regularmente no sector de produção e comercialização); a capacidade do sector não pode ser aumentada sem o crescimento da massa crítica de exportação.
-

- Obter assistência pública para melhorar o abastecimento de água e ampliar os recursos de irrigação;
- Obter assistência técnica para identificar e focar na vantagem comparativa das flores (e legumes) da Zâmbia em mercados internacionais; ensaio de sementes para promover a diversificação e melhoria das variedades; metodologias de melhoria de solo; métodos de fertilização; controlo de pestes; classificação de produto; manuseamento após colheita; armazenamento frigorífico; formação em processamento e implantação; empacotamento e embalagem especiais.

8.1.2 A nível nacional e regional

As seguintes acções políticas específicas deverão ser levadas a cabo a nível nacional e regional, e deveriam também fazer parte das negociações dos APE:

- Considerar as limitações físicas e políticas das mulheres produtoras relativamente à sua capacidade de produzir bens comerciais competitivos com um maior valor acrescentado.
- Apoiar empresas e sectores onde predominam as mulheres, através de regulamentação própria e investimento nas tecnologias e infra-estruturas adequadas.
- Transferir modelos de produção em função dos produtos com maior procura e inclinação mais favorável de preços.
- Promover a produção de bens com valor acrescentado para comercializar de forma competitiva nos mercados locais, regionais e internacionais.
- Proteger os bens de consumo de maior importância para os homens e as mulheres pobres de cortes orçamentais.
- Criar e implementar programas com vista a permitir que as mulheres aproveitem totalmente as oportunidades criadas por novos acordos comerciais.
- Democratizar a política do comércio e do investimento e os processos deliberativos de modo a assegurar a participação da mulher na política económica.
- Assegurar a regulamentação social e democrática dos mercados, investimentos e operações de investidores estrangeiros, fazendo cumprir as convenções da OIT e códigos de condutas legais restritivas para as corporações.

8.1.3 Ao nível da UE

A UE precisa de considerar os efeitos da reforma da PAC na competitividade das suas exportações tanto ao nível das matérias-primas agrícolas como dos produtos alimentares com valor acrescentado. Isto é necessário para manter ou aumentar a participação da mulher e a expansão da produção alimentar e dos sectores de processamento alimentar. Com a reforma da PAC em 1992, a mudança do sistema de apoio aos preços para um sistema de ajuda directa aos agricultores fez diminuir progressivamente o preço dos produtos agrícolas no

interior da UE e facilitou a expansão da produção agrícola da UE e da sua competitividade.

Para além do facto que a UE promete o seu total apoio aos países em desenvolvimento para atingir a Meta de Desenvolvimento do Milénio e reduzir para metade o número de pessoas a viver em extrema pobreza nos países em desenvolvimento até 2015. Os regimes comerciais futuros que envolvem a UE deverão ser avaliados em relação a este objectivo.

8.1.4 A nível internacional

Acções genéricas que são necessárias a nível internacional:

- Uma avaliação total do impacto dos processos de reformas comerciais para ponderar os desequilíbrios que afectam os países africanos e as mulheres e grupos sociais mais desfavorecidos nestes países. Tal avaliação deveria incluir as ligações entre as diferentes disposições legais e convenções internacionais sobre os direitos humanos em vigor, incluindo a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher da ONU (CEDAW) e a Plataforma de Acção de Pequim, a fim de proteger a capacidade de investimento dos governos no desenvolvimento social. Isto poderia também ajudar na identificação de alguns dos efeitos das adaptações pretendidas e as acções preferenciais exigidas para diminuir ou evitar consequências negativas.
 - A transformação das instituições financeiras e comerciais internacionais e dos processos de governação económica global para que sejam mais democráticos e responsáveis perante os direitos das mulheres.
-

9 Referências

ACP Secretariat, (Novembro 2003), “*The Cotonou Agreement: A User’s Guide for Non-State Actors*”, (O Acordo de Cotonou: Manual para entidades não governamentais) compilado pelo Centro Europeu para a Gestão de Políticas de Desenvolvimento (European Centre for Development Policy Management) (EC05), Africa Economic Outlook 2004/2005.

Alreck, PL. e Settle, R.B. (1985), *The Survey Research Handbook (O manual de pesquisa de estudo)*, Richard D. Irwin, Inc., EUA.

APRODEV, (Março 2003), Prefácio da tradução francesa de “*EPAs – What’s in it for Women? Women in Zimbabwe: Issues in Future Trade Negotiations with the EU*”. (APE: em que é que beneficia as mulheres? As mulheres no Zimbabué: Questões sobre as futuras negociações comerciais com a UE) Aprodev. Bruxelas.

APRODEV e AID Transparency, (2003), Relatório Analítico sobre “*Gender Dimension of Economic Partnership Agreements*” (*A Dimensão da Questão do Géneros nos Acordos de Parceria Económica*), Dakar, Senegal.

Casley, DJ. e Lury, DA. (1987) *Data Collection in Developing Countries (Recolha de dados nos Países em Desenvolvimento)*, Segunda edição, Clarendon Press e Oxford University Press, Reino Unido.

CSO (2003a), “*Zambia: Demographic and Health Survey 2001-2002*” (*Zâmbia: Estudo Demográfico e de Saúde*) feito em conjunto com o Departamento Central de Saúde de Lusaca (Central Board of Health of Lusaka) Zâmbia e ORC Macro, Calverton, Maryland, EUA.

CSO, (2003b), *Living Conditions Monitoring Survey Report (Relatório do Estudo de Acompanhamento das Condições de Vida): 2002-2003*. Gabinete Central de Estatísticas (Central Statistics Office)

Chisupa, N, [DATE?] *The Impact of the Cotonou Agreement on the Employment and Labour Sector in Zambia* (O impacto do Acordo de Cotonou no sector do emprego e do trabalho na Zâmbia), relatório feito a pedido da República da Zâmbia. Endereço electrónico: safenet@zamnet.zm.

Christian Aid, (Junho de 2005), *The Economics of Failure: The real cost of ‘free’ trade for poor countries*” (A economia do fracasso – o custo real do comércio livre para os países pobres). Christian Aid. Londres.

Rede Comercial da Sociedade Civil da Zâmbia (Civil Society Trade Network of Zambia, CSTNZ) (Junho 2005), “*ACP-EU Cotonou Partnership Agreement: A Manual for Civil Society Organisations in Zambia (Acordo de Parceria de Cotonou entre ACP e UE: Manual para as Organizações de Sociedades Civis na Zâmbia)*, Lusaca, Zâmbia.

Derman, W. and Whiteford, S. (eds.), (1985), “*Social Impact Analysis and Development Planning in the Third World*” (*Análise do Impacto Social e*

Planeamento do Desenvolvimento no Terceiro Mundo), Social Impact Assessment Series, No. 12, Westview Press, EUA.

Economic Commission for Africa (Comissão Económica da África) [DATE?], *Economic and Welfare Impacts of the EU-Africa Economic Partnership Agreements (O Impacto dos APE entre a UE e África na Vertente Económica e Social)*, Proposta Preliminar de Projecto TRID. [PUBLISHER AND PLACE?]

Rede de Justiça Económica da Fraternidade de Conselhos Cristãos da África do Sul (Fellowship of Christian Councils in South Africa (FOCCISA), “*The Socio-economic impact of trade liberalization and employment loss on women in the South Africa Clothing Industry: A Cape Town case study*” (O impacto socioeconómico da liberalização do comércio e desemprego na mulher da indústria do vestuário da África do Sul: estudo de um caso na Cidade do Cabo). [PUBLISHER AND PLACE?]

ESA, (Julho 2005), *Eastern and Southern Africa Position on EPA Negotiations on Agriculture* (Posição da África Austral e Oriental nas negociações dos APE sobre a Agricultura) (Relatório Preliminar), ESA NP/Agric/ver 2. [PLACE?]

ESA, (Julho 2005), *Eastern and Southern Africa Position on EPA Negotiations on Development* (Posição da África Austral e Oriental nas negociações APE sobre o Desenvolvimento) (Relatório Preliminar), ESA NP/Dev/ver 1.

ESA, (Julho 2005), *Eastern and Southern Africa Position on EPA Negotiations on Marine Fisheries* (Posição da África Austral e Oriental nas negociações APE sobre a Pesca) (Relatório Preliminar), ESA NP/MarineFish/ver 1

ESA, (Julho 2005), *Eastern and Southern Africa Position on EPA Negotiations on Market Access* (Posição da África Austral e Oriental nas negociações APE sobre o Acesso ao Mercado) (Relatório Preliminar), ESA NP/MA/ver 1

Gabinete de Investigação Europeu (European Research Office) (Março 2003) “*Respecting the Rights of Least Developed Countries: The East African Community and Future Trade Relations with the EU*” (*Respeitar os direitos dos países menos desenvolvidos: a comunidade da África oriental e as futuras relações comerciais com a UE*) Bruxelas.

União Europeia, (Junho de 2000), O Acordo de Parceria ACP-UE de Cotonou, Cotonou, Benin

Junta de Exportação da Zâmbia (Agosto de 2005), Relatório do Sector Hortícola e Florícola de 2004, Lusaca, Zâmbia.

Finnegan, G. *Facilitating Women’s Entrepreneurship: Lessons from the International Labour Organisation’s Research and Support Programmes* (Promover o Espírito Empresarial das Mulheres: Lições dos Programas de Apoio e Investigação para a Organização Laboral Internacional), IFP/SEED, ILO Geneva.

Friedrich Ebert Stiftung (FES) e Econews Africa (2003), *Negotiating Economic Partnership Agreements: Challenges for East African Countries* (Negociar

Acordos de Parceria Económica: Desafios para os países da África Oriental
Nairobi, Quénia.

GRZ (October 2005), *Zambia Diagnostic Trade Integration Study: Trade Component of Private Sector Development Program for Zambia* (Estudo Análítico sobre a Integração Comercial da Zâmbia: Componente Comercial do Programa de Desenvolvimento do Sector Privado). [PLACE?]

Fundo Monetário Internacional (International Monetary Fund) e a Associação Internacional para o Desenvolvimento (International Development Association), (20 de Maio de 2004), *Zambia Poverty Reduction Strategy Paper Progress Report: Joint Staff Assessment* (Relatório sobre o Progresso da Estratégia de Redução da Pobreza na Zâmbia: Avaliação do Executivo) [PLACE?]

Consultores JUDAI (2002), *Jobs, Gender and Small Enterprises in Africa: Women Entrepreneurs in Zambia* (Emprego, Género e Pequenas Empresas em África: Mulheres Empresárias na Zâmbia), Genebra: Organização Internacional do Trabalho (OIT).

OIT e Ireland Aid, (Abril 2003), *Jobs, Gender and Small Enterprises in Africa: Zambian Women Entrepreneurs: Going for Growth* (Emprego, Género e Pequenas Empresas em África: Mulheres Empresárias na Zâmbia para o Desenvolvimento). Relatório para o Gabinete OIT, Lusaca, e Divisão dos Géneros no Desenvolvimento (Gender in Development Division, GIDD), Gabinete de Ministros em Associação do Programa InFocus para melhorar o Emprego através do desenvolvimento de pequenas empresas (Cabinet Office in Association with InFocus Programme of Boosting employment through Small Enterprise Development, Seed), Organização Internacional do Trabalho (OIT) Genebra.

Programa Comum de Assistência Técnica Integrada (Joint Integrated Technical Assistance Programme, JIPAT) (Fevereiro 2005) “*Identification of Priority Sectors for Export Promotion in Zambia*” (Identificação dos Sectores Prioritários na Promoção da Exportação na Zâmbia) um relatório preparado no quadro do Modulo 4 do JIPAT: Products and Services Sectors Strategies, Market Analysis Section, International Trade Centre (Estratégias para os Sectores de Produtos e Serviços, Secção de Análise do Mercado, Centro Internacional de Comércio).

Kamidza, R., [DATE?] “*The EPA Negotiations: Sub-regional Development Challenges in the EU-ESA Negotiations*” (As negociações dos APE: Desafios ao Desenvolvimento Sub-regional nas negociações entre a UE e ESA). [PUBLISHER AND PLACE?]

Labaste, P. (ed.), (Setembro 2005), *The European Horticulture Market: Opportunities for Sub-Saharan African Exporters* (O mercado de horticultura europeu: Oportunidades para os exportadores da África Subsariana), Relatório do World Bank nº63.

Lopi, B. e Sapallo, PM. (eds.), *World Trade Organization: Which Way for Zambia?* (Organização Mundial do Comércio: O que deve fazer a Zâmbia?)

Investigação feita pela Associação para a Investigação e Desenvolvimento da Zâmbia (ZARD) em colaboração com a INZET da Holanda, Lusaca e Zâmbia.

Matambaya Francis A.S.T Dr., (Novembro 2002), *What Benefits does the Cotonou Agreement hold for the Agricultural Sectors of the EAC Economies in view of the Reforms of the EU's Common Agricultural Policy (CAP)? (Quais são os benefícios do Acordo de Cotonou para os sectores agrícolas das economias EAC no âmbito das reformas da Política Agrícola Comum (PAC)?* [PUBLISHER AND PLACE?]

Meena R, (1992), *“Gender in Southern Africa: Conceptual and Theoretical Issues” (O Género na África do Sul: Questões Conceptuais e Teóricas)*, SAPES Trust, Harare, Zimbabué.

Reunião do Grupo Consultivo para o Sector Microeconómico, (7 de Outubro de 2005), *“Agricultural Sector, Vision, Mission and Strategies for the Fifth National Development Plan 2005-2011” (Sector Agrícola, Visão, Missão e Estratégias para o 5º Plano de Desenvolvimento Nacional 2005-2011)*. [PUBLISHER AND PLACE?]

Milimo, M.C., et al., (Junho de 2004), *“Zambia: Strategic Country Gender Assessment” (Zâmbia: Avaliação Estratégica do Género do País)*, relatório do World Bank. World Bank, Washington DC.

Mulikita, G., Nakatiwa e Siame M., (2005), *Beyond Inequalities 2005: Women in Zambia (Para além das desigualdades 2005: Mulheres na Zâmbia)*. Preparado para Associação para a Investigação e Desenvolvimento da Zâmbia (ZARD) Associação para a Investigação e Desenvolvimento para além da Zâmbia (ZARD) e Consciencialização para a questão das Mulheres no Desenvolvimento na África Austral (Women in Development Southern Africa Awareness, WIDSAA) Programa do Centro de Investigação e Documentação da África Austral (Programme of the Southern Africa Research and Documentation Centre, SARDC) Lusaca, Zâmbia.

Nakaponda, B. (2006), *The Socio-economic Impact of the EU Sugar Reforms on the Sugar Industry in Zambia*, (O impacto socioeconómico das reformas da UE no sector do açúcar na Indústria do Açúcar na Zâmbia) um estudo em curso para o Ministério do Comércio e Indústria.

Noyoo Inonge, (14 de Julho, 2005), “EU gains but Zambia loses” (A UE ganha mas a Zâmbia perde), no *Post Newspaper*, Lusaca, Zâmbia, no Boletim da Lei do Comércio para a África do Sul TRALAC (Trade Law for Southern Africa Newsletter).

Ochieng, C. and Sharman, (2005), *“Trade Traps: Why EU-ACP Economic Partnership Agreements pose a threat to Africa’s development” (As armadilhas do comércio: Porque é que os Acordos de Parceria Económica ameaçam o desenvolvimento de África)*, um estudo financiado por Action Aid UK, Action Aid Ghana e Action Aid Kenya.

Pillay, P. (2001), *“The Role of the State in Economic Development in Southern Africa”* (A função do Estado no Desenvolvimento Económico na África Austral), Friedrich Ebert Stiftung, Lusaca, Zâmbia.

República da Zâmbia, 1996 Priority Survey II Statistics on Poverty, (Estudo Prioritário II Estatísticas sobre a Pobreza de 1996) [DEPT?]

República de Zâmbia, (Março 2000), Política Nacional do Género, Divisão dos Géneros no Desenvolvimento (Gender in Development Division) Gabinete de Ministros, Lusaca, Zâmbia.

República da Zâmbia (Dezembro 2002) *“Strategic Plan of Action for the National Gender Policy”* (Plano de Acção Estratégica para a Política Nacional dos Géneros) (2004-2008), Divisão do Género no Desenvolvimento (Gender in Development Division), Lusaca, Zâmbia

República da Zâmbia (Novembro 2004), *“National Agricultural Policy”* (Política Agrícola Nacional), 2004-2015, Ministério da Agricultura e Cooperativas, Lusaca, Zâmbia

República da Zâmbia, (2002) *Poverty Reduction Strategy Paper (PRSP)* (Estudo sobre a Estratégia para a Redução da Pobreza), Lusaca, Zâmbia.

República da Zâmbia, (Março 2003), *“Strategic Plan for the Ministry of Communications and Transport 2003-2007”* (Plano Estratégico para o Ministério das Comunicações e Transporte), Lusaca, Zâmbia

República da Zâmbia, [DATE?] *“The Minimum Wages and Conditions of Employment”* (Salário Mínimo e Condições de Emprego), *Capítulo 276 das Leis da Zâmbia, Lei nº. 25 de 1982, Lei nº 13 de 1994*, Ministério dos Assuntos Jurídicos.

República da Zâmbia, (Maio 2002), Política de Transporte, *Ministério das Comunicações e Transporte*, Lusaca, Zâmbia

República da Zâmbia, (Outubro de 2002), Plano de Desenvolvimento Nacional de Transição (2002-2005) (*Transitional National Development Plan*) Ministério das Finanças e Planeamento Nacional

Roche, C., (1999), *Impact Assessment for Development Agencies: Learning to Value Change* (Avaliação do Impacto para as Agências de Desenvolvimento: Aprender a valorizar a mudança) Oxfam GB com Novib, Oxford, Reino Unido.

Tandon Y, (15 de Junho de 2004), *“The ESA-EU EPA negotiations and the role of COMESA”* (As negociações APE entre a ESA e a UE e a função da COMESA). No Instituto do Comércio, Informação e Negociação para a África Austral e Oriental (*Southern and Eastern Africa Trade, Information and Negotiations Institute, SEATINI*) Boletim 7: 9.

Ulmer, K, [DATE?] *“EU-ACP Trade Negotiations on Economic Partnership Agreements: A Gender Approach”* (Negociações comerciais entre a UE e ACP para os Acordos de Parceria Económica – abordagem à questão do género). Aprovev. Bruxelas.

Ulmer, K, (2003), *Gender and Trade (Género e Comércio)*. Relatório informativo para a Campanha da Aliança Ecuménica pela Advocacia (Ecumenical Advocacy Alliance) “*Trade for People, not People for Trade*” (*Comércio para o Povo e não Povo para o Comércio*)

Workshop de Consultadoria de Sociedade Civil para a Iniciativa Especial para África Ocidental (SIA), 4 a 5 de Novembro 2003 “De Lome a Cotonou” Sumário nº2, Dakar, Senegal. Fundo para as Mulheres e a Lei na África Austral (2001), “*A Critical Analysis of Women’s Access to Land in the WLSA Countries*” (*Análise Crítica ao Acesso da Mulher à Propriedade nos países WLSA*), Gabinete Regional, Harare, Zimbabué

Mulheres e a Lei na África Austral, Projecto de Investigação (WLSA), [DATE?] “*Inheritance in Zambia: Law and Practice*” (*Herança na Zâmbia: Lei e Prática*) Lusaca, Zâmbia.

Fundo de Investigação para Mulheres e a Lei na África Austral (WLSA), (2001). “*Reconceptualizing the Family in a Changing Southern Africa Environment*” (*Reconceptualização da Família no Ambiente de Mudança da África Austral*), Gabinete Regional, Harare, Zimbabué.

Fundo para as Mulheres e a Lei na África Austral (1997), A mudança na Família na Zâmbia, Lusaca, Zâmbia.

Mulheres, Lei e Desenvolvimento na África (WiLDAF), “*Elimination of Discrimination against women in Zambia*” (Eliminação da Discriminação contra as mulheres na Zâmbia) Lusaca, Zâmbia [DATE?]

Yagai, F. e Kirt, R. et al., (Junho 2005), [TITLE?] Relatório Preliminar “*Zambia Diagnostic Trade Integration Study: Trade Component of Private Sector Development Program for Zambia*” (*Estudo Analítico sobre a Integração Comercial da Zâmbia: Componente Comercial do Programa de Desenvolvimento do Sector Privado na Zâmbia*)

Associação para a Investigação e Desenvolvimento da Zâmbia (ZARD) E Comité Coordenador para as Organizações Não Governamentais (Setembro de 2004), Relatório Sombra da ONG Beijing + 10 sobre “*The Situation of Women in Zambia During the Period 1994-2004*” (*A situação das mulheres na Zâmbia no período 1994 e 2004*), Lusaca, Zâmbia

Associação de Cultivadores Exportadores da Zâmbia (ZEGA), (2005) “*Maintaining Competitiveness in Export Markets*” (Manter a competitividade nos mercados de exportação) um relatório apresentado no Workshop de Horticultura Regional, Harare, Zimbabué, 30 de Maio a 1 de Junho 2005.

Associação de Cultivadores Exportadores da Zâmbia (ZEGA) (Agosto 2004), “*Report on the Status and Prospects of the Horticultural/Floricultural Industry*” (Relatório sobre o estado e planos para a indústria hortícola e florícola). Preparado para o Programa para o Desenvolvimento da Exportação (EDP).

ZFEA (Julho 2004), “*Collective Agreement between the Zambia Farm Employers Association and the National Union of Plantations and Agricultural Workers 2004-2007*” (Acordo Colateral entre a Associação de Empregadores Agrícolas da

Zâmbia e o Sindicato Nacional de Trabalhadores Agrícolas e de Plantação 2004-2007), baseado na Lei de Relações Indústrias e de Trabalho 1993. [PLACE?]

Zambia Land Alliance e Dan Church Aid, (Fevereiro de 2005) Relatório de Investigação: *“Baseline Survey on Women’s Access to Agricultural Land in Zambia”* (Estudo de Referência sobre o Acesso da Mulher à Propriedade Agrícola na Zâmbia), feito para a República da Zâmbia, Divisão dos Géneros no Desenvolvimento (Gender in Development Division, GIDD), Lusaca, Zâmbia

Sindicato Nacional de Agricultores da Zâmbia (ZNFU) (Março 2006), *“Draft Report on the Impact of Kwacha Appreciation and Proposed Tax Provisions of the 2006 Budget Act on Zambian Agriculture”* (Relatório Preliminar sobre o Impacto da Apreciação do Quacha e das disposições legais para os Impostos propostos no Decreto Orçamental de 2006 para a Agricultura da Zâmbia)

Zimba, B. (Novembro de 2004), *Women and Cotton Production in Mozambique: A Project of EJM FOCCISA and Christian Aid/CCM* (A Mulher e a Produção de Algodão em Moçambique: um projecto do EJM FOCCISA e Christian Aid/CCM), Relatório preliminar
